

Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 1 – Aparência e Realidade

Atividade 1

- Existe no mundo algum conhecimento tão certo que nenhum homem razoável possa dele duvidar?
 - Fazer uma enquete.
 - Pedir exemplos para quem responde sim.
 - Pedir explicações para quem responde não.
- A percepção dos obstáculos e dificuldades para uma resposta satisfatória a esta questão exemplifica e ilustra as dificuldades e obstáculos que o estudo da Filosofia nos trás.

Nem tudo é o que parece

- Na busca de certezas é natural começarmos por nossas experiências presentes.
- Num certo sentido não há dúvida de que o conhecimento deriva delas.
- Mas é possível que qualquer afirmação acerca do que nossas experiências imediatas nos permitam conhecer esteja errada.

A Cor da Mesa

Para tornar evidentes estas dificuldades, concentremos a atenção na mesa. Para a vista a mesa é retangular, escura e brilhante, enquanto que para o tato ela é lisa, fria e dura; quando a percuto, produz um som de madeira. Qualquer pessoa que a veja, sinta e ouça o seu som, estará de acordo com esta descrição, de tal modo que parece que não existe aqui dificuldade alguma; porém, a partir do momento em que tentarmos ser mais precisos, começarão os nossos problemas. Embora eu acredite que a mesa é “realmente” da mesma cor em toda sua extensão, as partes que refletem a luz parecem muito mais brilhantes que as outras partes, e algumas partes, devido ao reflexo, parecem brancas. Sei que, se me deslocar, as partes que refletirão a luz não serão as mesmas, de modo que a distribuição aparente das cores na superfície da mesa mudará. Por conseguinte, se várias pessoas contemplarem a mesa no mesmo momento, nenhuma delas verá exatamente a mesma distribuição de cores, porque nenhuma delas pode vê-la exatamente do mesmo ponto de vista, e qualquer mudança de ponto de vista produz uma mudança na forma como a luz é refletida.

- Se para você estas diferenças não têm importância, para um pintor, têm!
- A mesa, nem nenhuma de suas partes tem uma cor. De pontos de vista diferentes, a mesa tem cores diferentes.
- Não há razão para considerarmos nenhuma delas a cor “real” da mesa!
- A cor não é algo inerente à mesa, mas algo que depende
 - da mesa
 - do observador
 - da forma como a luz incide sobre a mesa

A Textura e a Forma da Mesa

- O mesmo se dá com a textura da mesa. Uma análise apenas do tato não percebe microtexturas que observaríamos ao microscópio.
- **PERGUNTA:** Qual mesa é mais “real” a que vemos a olho nu ou a que vemos no

- microscópio?
- Também não vemos a forma da mesa!

Se a nossa mesa é “realmente” retangular, parecerá ter, de quase todos os pontos de vista, dois ângulos agudos e dois obtusos. Se os lados opostos são paralelos, irão parecer convergir num ponto afastado do observador; se são iguais, o lado mais próximo irá parecer maior. Geralmente não observamos estas coisas quando olhamos para uma mesa, porque a experiência nos ensinou a construir a forma “real” a partir da forma aparente, e, como homens práticos, é a forma “real” o que nos interessa. Mas a forma “real”, não é o que vemos; é algo que inferimos do que vemos. E o que vemos muda constantemente de forma na medida em que nos movemos na sala; de modo que aqui, mais uma vez, parece que os sentidos não nos apresentam a verdade sobre a própria mesa, mas apenas sobre a aparência da mesa.

Diferença entre Realidade e Aparência

- A mesa real, se existir, não é idêntica àquela de que temos experiência pelos sentidos.
- A mesa real, se existir, não pode ser conhecida de maneira imediata, mas deve ser inferida a partir do que é imediatamente conhecido.

Questões

1. Existe de fato uma mesa real?
2. Em caso afirmativo, que espécie de objeto ela pode ser?

Algumas Definições

- **DADOS DOS SENTIDOS:** coisas imediatamente conhecidas na sensação – cores, sons, cheiros, dureza, aspereza,...
- **SENSAÇÃO:** experiência de ter consciência imediata destas coisas.
- **OBJETO FÍSICO:** as coisas “reais” que estimulam nossa sensação.
- **MATÉRIA:** coleção dos objetos físicos.

Relação entre Dados dos Sentidos e “Realidade”

- Tudo que conhecemos sobre a mesa é através dos dados dos sentidos
- Mas os dados dos sentidos não são propriedades diretas (exclusivas) da mesa, nem a mesa é o conjunto dos dados dos sentidos.
- Mas então, qual a relação entre os *dados dos sentidos* e os *objetos físicos*?
 - Esta é a uma das questões filosóficas fundamentais da teoria do conhecimento.

Generalizando as Questões 1 e 2

1. Existe tal coisa como a matéria?
2. Em caso afirmativo qual a sua natureza?

A Concepção de Berkeley

O primeiro filósofo que expôs claramente as razões para considerar os objetos imediatos dos nossos sentidos como não existindo independentemente de nós foi o bispo Berkeley (1685-1753). Seus *Três diálogos entre Hylas e Filonous, contra os céticos e ateus*, procura provar que não existe tal coisa como a matéria, e que o mundo consiste apenas de mentes e suas idéias .

- Berkeley nega a matéria no sentido de negar que haja qualquer coisa que seja não mental.
- Ele concorda que os dados dos sentidos, que normalmente tomamos como sinais indicativos da existência algo, são realmente sinais da existência de algo independente de nós.
 - Mas ele nega que este algo seja não mental, isto é, que não seja a mente ou as idéias concebidas por uma mente.
 - A visão de uma mesa nos dá razão para acreditarmos que algo persiste, mesmo quando não a vemos.
 - A mesa real, para Berkeley não é matéria, mas é uma **idéia na mente de Deus**.

Esta idéia tem a necessária permanência e independência em relação a nós mesmos, **sem ser – como de outro modo a matéria seria – algo completamente incognoscível**, no sentido de que poderia ser apenas inferida, nunca conhecida de um modo direto e imediato.

Outras Concepções Idealistas

- Outros filósofos foram além de Berkeley e sustentaram que embora a existência da mesa não dependa do fato de ser vista por mim, ela depende de ser vista ou apreendida por alguma mente. Não necessariamente a mente de Deus. Mas talvez uma mente coletiva do universo.
- Como Berkeley estes filósofos acreditam que não podemos ter certeza de nada, a não ser de mentes e suas idéias. Portanto, como sabemos muitas coisas, não deve haver nada além de mentes e idéias nas mentes. (IDEALISMO)
- A matéria não é outra coisa que uma coleção de idéias, ou de mentes (Leibniz – 1646-1716)

A Matéria para os Idealistas

- Os idealistas não negam a matéria, negam apenas que ela seja oposta à mente.
- Tanto Berkeley quanto Leibniz responde afirmativamente à nossa questão 1 (Existe de fato uma mesa real?) Eles só divergem um do outro e do senso comum em suas respostas à questão 2 (Que classe de objeto é a mesa?)
 - Para Berkeley, uma idéia na mente de Deus.
 - Para Leibniz, uma colônia de almas.

Ponto de Concórdia entre Os Filósofos

- Quase todos os filósofos concordam que:
 - Existe uma mesa real.
 - Embora os dados dos sentidos dependam de nós, sua ocorrência em nós é um sinal de que existe algo independentemente de nós. Algo que não corresponde, aos nossos dados dos sentidos, mas que seja sua causa.

Conclusões

Antes de prosseguirmos será bom que examinemos o que é que descobrimos até agora. Vimos que, se tomarmos um objeto comum qualquer, desses que supomos conhecer por meio dos sentidos, aquilo que os sentidos imediatamente nos mostram não é a verdade acerca do objeto, tal como ele é independentemente de nós, mas somente a verdade sobre certos dados dos sentidos que, tanto quanto podemos ver, dependem da relação entre nós e o objeto. Consequentemente, o que vemos e tocamos de maneira direta não passa de mera “aparência”, sinal, supomos nós, de uma “realidade” que está por trás dela. Mas se a realidade não é o que aparece, temos algum meio de saber se de fato existe uma realidade? E, em caso afirmativo, temos algum meio de descobrir em que consiste?

Estas questões são desconcertantes, e torna-se difícil saber se mesmo as mais estranhas hipóteses não são verdadeiras. Assim, a nossa mesa cotidiana, que geralmente só havia despertado em nós idéias insignificantes, tornou-se agora um problema com muitas e surpreendentes possibilidades. A única coisa que sabemos a seu respeito é que não é o que parece. Até aqui, além deste modesto resultado, temos a mais completa liberdade para conjecturar. Leibniz afirma que ela é uma colônia de almas; Berkeley afirma que ela é uma idéia na mente de Deus; a ciência desapaixonada, não menos maravilhosa, afirma que é uma coleção de cargas elétricas em intenso movimento.

Em meio a estas surpreendentes possibilidades, a dúvida sugere que talvez não exista em absoluto mesa alguma. A filosofia, se não pode responder a todas as perguntas como desejaríamos que respondesse, tem pelo menos o poder de propor questões que tornam o mundo muito mais interessante e revelam o que há de estranho e maravilhoso por trás até mesmo das coisas mais vulgares da vida cotidiana.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 2 – A Existência da Matéria

ATIVIDADE:

- Ler a experiência de pensamento 98 do livro “O Porco Filosófico” (A Máquina de Experiência). Duas questões:
 1. É possível saber que não estamos vivendo em uma “máquina de experiência”?
 2. Você assina ou não a autorização para passar a viver na “máquina de experiência”? Por que?

QUESTÃO: Existe, em algum sentido, a matéria?

- Existe uma mesa que tem certa natureza intrínseca e que continua a existir quando não a estou olhando, ou a mesa é simplesmente um produto de minha imaginação, uma visão-de-mesa num sonho muito prolongado?

IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO

- Se não estamos seguros da existência de objetos independente (de nós),
- ⇒ não podemos estar seguros da existência independente de outros corpos humanos .
- ⇒ E estaríamos menos seguros ainda da existência de suas mentes, pois o único fundamento para acreditar em suas mentes é a observação de seus corpos .
- ⇒ (SOLIPSISMO) Se não estamos seguros da existência de objetos, estamos a sós num deserto. Somos “um cérebro em um tanque”.
 - A totalidade do mundo exterior não seria mais que um sonho, e só nós mesmos existiríamos.

OBJETIVO DO CAPÍTULO

- Não se pode provar a falsidade desta idéia, mas o objetivo deste capítulo é mostrar que não temos a mais leve razão para supor que seja verdadeira.

ACORDO INICIAL

- Mesmo se duvidamos da existência física da mesa, não duvidamos da existência dos dados dos sentidos que nos fizeram pensar que há uma mesa.
- Mesmo quando colocamos em dúvida tudo o que possa ser duvidado, algumas de nossas experiências imediatas parecem absolutamente certas.

DÚVIDA METÓDICA CARTESIANA

- **Descartes** (1596-1650) decidiu duvidar de tudo o que fosse possível duvidar até alcançar alguma razão para deixar de duvidar.
- Convenceu-se de que a única existência da qual podia estar completamente certo era a sua própria.

- Mesmo que estivesse enganado a respeito de TUDO (talvez por influência de um demônio enganador), se ele próprio não existisse, ele não poderia estar enganado.
- Se duvidava, ou tinha uma experiência qualquer, devia existir.
- **Penso, logo existo** (*Cogito, ergo sum*).
- Sobre a base desta certeza, Descartes começou a trabalhar para construir de novo o mundo do conhecimento que sua dúvida hiperbólica convertera em ruínas.

PROBLEMAS COM O COGITO

- "*Eu penso, portanto eu sou*", diz algo mais do que é estritamente certo.
- **O eu real é tão difícilmente acessível como a mesa real!**
- Não há razão absoluta para crermos que o "eu real" pertence às experiências particulares.
- As experiências particulares podem indicar a existência de um eu real, mas não o revelam, não o descrevem.
- Além disso, "dentro dos limites da certeza imediata, pode ser que este algo que vê a cor escura da mesa seja completamente momentâneo, e que não seja o mesmo que no momento seguinte tem uma experiência diferente.
 - EXEMPLO: Se sonhava com o ataque de um tigre e acordo com o choro da gata do vizinho, o "eu" que percebia o tigre não é exatamente o mesmo "eu" que ouve a gata.

DADOS DOS SENTIDOS: A ÚNICA CERTEZA PRIMITIVA

- Nossa única certeza primitiva, portanto, base sólida a partir da qual podemos começar nossa busca por conhecimento não é a existência do "eu", ou do "sujeito", mas apenas dos dados dos sentidos.
 - É de nossos pensamentos e sentimentos particulares que temos uma certeza primitiva. E isto se aplica tanto aos sonhos e alucinações quanto às percepções normais.

PROBLEMA A CONSIDERAR PARA TRATAR NOSSA QUESTÃO

- Admitindo que estamos certos dos nossos dados dos sentidos, temos alguma razão para considerá-los como sinais da existência de alguma outra coisa diferente que podemos denominar de objeto físico? (lembre-se dos sonhos!)
 - Uma mesa consiste na coleção de todos os dados dos sentidos que podemos coletar ou há algo mais que não é um dado do sentido e, portanto, persiste quando saímos do aposento?
 - SENSO COMUM: há algo mais que os dados dos sentidos:
 - o que se pode arrastar, comprar, vender, cobrir com uma toalha, não pode ser mera coleção de dados dos sentidos.
 - Se a toalha cobrir inteiramente a mesa, não obteremos quaisquer dados dos sentidos provenientes da mesa; e, por conseguinte, se a mesa se reduzisse simplesmente a esses dados dos sentidos, ela teria deixado de existir, e a toalha estaria suspensa no ar, permanecendo, por um milagre, no lugar em que a mesa antes estava. Isto parece evidentemente absurdo; mas quem deseja tornar-se um filósofo deve aprender a não temer absurdos.

UM ARGUMENTO PARA ACREDITAR NOS OBJETOS FÍSICOS

- O mesmo objeto é compartilhado por diversas pessoas.
- Quando dez pessoas se sentam ao redor de uma mesa de jantar, parece absurdo afirmar que elas não estão vendo a mesma mesa, toalha de mesa, as mesmas facas, colheres,...
- Mas os dados dos sentidos são privativos a cada pessoa individual.
- Todas vêem as coisas de pontos de vista ligeiramente diferentes, e portanto, as vêem também ligeiramente diferentes.
- **Portanto, se existem objetos públicos comuns, que podem ser, em certo sentido, conhecidos por**

diferentes pessoas, eles devem ser algo mais que os dados dos sentidos privativos e particulares que aparecem para as várias pessoas.

OBJETOS PÚBLICOS COMUNS

- Embora diferentes pessoas possam ver a mesa de modo ligeiramente diferente, contudo, todas elas vêem coisas mais ou menos idênticas quando olham a mesa. As variações no que elas vêem obedecem às leis da perspectiva e da reflexão da luz.
- Comprei minha mesa do antigo inquilino de meu apartamento. Não pude comprar seus dados dos sentidos, que morreram quando ele saiu do apartamento, mas pude comprar, e assim o fiz, a expectativa certa de uns dados dos sentidos mais ou menos semelhantes.
- Como diferentes pessoas têm dados dos sentidos mais ou menos semelhantes, isso nos faz supor que para além desses dados dos sentidos, há um objeto público e permanente que está por trás ou causa os dados dos sentidos.

PROBLEMA COM O ARGUMENTO DOS OBJETOS PÚBLICOS

- Dissemos que uma razão para acreditarmos na existência de objetos públicos comuns é a regularidade dos dados dos sentidos de diferentes pessoas.
- Mas então um dos pressupostos (premissas) de nosso argumento em favor da existência de objetos públicos comuns é a existência de outras pessoas além de nós mesmos.
- Mas se existem outras pessoas além de nós mesmos, então é claro que existem objetos públicos comuns.
- Pressupor a existência de outras pessoas é pressupor aquilo mesmo que está em questão.
- As outras pessoas me são representadas por determinados dados dos sentidos (visão de suas aparências, som de sua voz, ...)
- Se duvido da existência de objetos físicos independentes de meus dados dos sentidos, igualmente devo duvidar da existência de outras pessoas.
- O argumento acima é, portanto, circular (**petição de princípio**) e não serve para provar a existência dos objetos públicos.
- Devemos pois procurar em nossas experiências puramente privadas características que mostrem que há no mundo coisas distintas de nós mesmos e de nossas experiências privadas.

NÃO HÁ PROVA ESTRITA DA EXISTÊNCIA DE COISAS DISTINTAS DE NOSSAS PRÓPRIAS EXPERIÊNCIAS

- A hipótese de que o mundo se reduz a mim mesmo, meus pensamentos e sentimentos, sendo o resto pura imaginação (solipsismo) não implica em nenhum absurdo lógico.
- A hipótese de que a vida toda é um sonho, no qual nós mesmos criamos todos os objetos tal como aparecem diante de nós não é logicamente impossível.
- Mas não ser logicamente impossível não significa que seja verdadeira.
- Mesmo quando tomada como um meio de explicar os fatos de nossa própria vida, é uma hipótese menos simples do que a hipótese do senso comum, segundo a qual há realmente objetos independentes de nós, cuja ação sobre nós causa nossas sensações.

ARGUMENTO EM FAVOR DA MAIOR SIMPLICIDADE EM ASSUMIR A EXISTÊNCIA DE OBJETOS FÍSICOS

- Se vemos um gato num lugar num determinado momento, e o vemos em outro lugar em outro momento, é natural supor seu deslocamento de um lugar ao outro, passando por posições intermediárias neste intervalo de tempo.
- Se o gato fosse apenas uma coleção de dados dos sentidos, não poderia ter estado em lugar algum

enquanto eu não o olhava (percebia). Teríamos então que supor que não existiu no intervalo de tempo em que não o olhei, mas que voltou de repente à existência em outro lugar.

- O próprio comportamento de um gato, seus sinais de fome, por exemplo, são facilmente explicados sob a suposição de sua existência independente de mim.
- Se por outro lado o gato for apenas dados dos sentidos, não pode ter fome, pois nenhuma fome, a não ser a minha, pode ser para mim um dado dos sentidos. Seria muito difícil, talvez impossível explicar (e prever) seu comportamento.
- Os princípios da simplicidade nos levam a adotar a opinião natural, segundo a qual há realmente objetos distintos de nós mesmos e de nossos dados dos sentidos.

CRENÇAS INSTINTIVAS - O MUNDO EXTERNO EXISTE

- Podemos argumentar em favor da crença em um mundo exterior independente, mas nós, originariamente, não chegamos a esta crença por meio de argumentos. Esta crença se forma em nós assim que começamos a refletir.
- Como esta crença não acarreta nenhuma grande dificuldade e tende a simplificar e sistematizar a interpretação de nossas experiências, não parece haver razão para rejeitá-la.
- Ainda que haja uma leve dúvida derivada dos sonhos, podemos admitir que o mundo externo realmente existe independentemente de nossas percepções.
- **Este argumento da simplicidade parece menos sólido do que poderíamos desejar. Mas isso é típico da maioria dos argumentos filosóficos.**

VALIDADE E CARÁTER GERAL DO ARGUMENTO DA SIMPLICIDADE - O PAPEL DA FILOSOFIA

- Todo conhecimento baseia-se em crenças instintivas. Se estas são rejeitadas, nada permanece.
- Entre nossas crenças instintivas, umas são mais fortes que outras.
- Muitas, pelo hábito e associação, envolvem-se a outras crenças que não são realmente instintivas, mas que erroneamente supomos ser.
- A Filosofia deve nos mostrar a hierarquia de nossas crenças instintivas, começando pelas mais fortes e apresentando-as cada uma tão isolada e livre de acréscimos quanto possível.
- A Filosofia deveria nos mostrar que da forma como são finalmente enunciadas, nossas crenças primitivas não se contradizem e formam um sistema harmonioso.
- Não há nenhuma razão para rejeitarmos uma crença instintiva, a não ser quando ela contradiz outras.
- **É possível que todas ou algumas de nossas crenças estejam erradas, portanto elas devem ser mantidas com um ligeiro elemento de dúvida.**
- A Filosofia deve pois nos ajudar a organizarmos nossas crenças instintivas e suas conseqüências, a considerar quais dentre elas são mais aceitáveis, e, se necessário, ajudar a modificá-las ou abandoná-las.
- Ao fazer isso, a Filosofia, tendo como base única aquilo em que instintivamente acreditamos, nos fornece uma organização sistemática e ordenada de nosso conhecimento.
- Embora a possibilidade do erro sempre permaneça, sua probabilidade diminui mediante as relações recíprocas das partes e mediante o exame crítico que precedeu sua aceitação.
- Pelo menos esta função a Filosofia pode cumprir, mas a maioria dos filósofos acredita que a Filosofia pode fazer muito mais do que isso. Acreditam que ela pode nos dar conhecimento não acessível de outro modo, sobre o universo como um todo e sobre a natureza da realidade última. Será que pode?

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 3 – A Natureza da Matéria

ATIVIDADE:

- Ler a Experiência de Pensamento 90 (p. 271) do livro “O Porco Filósofo”, de Julian Baggini

Conclusão do Capítulo Anterior e Questão:

- É razoável acreditar que nossos dados dos sentidos são realmente sinais da existência de algo independente de nós e de nossas percepções.
- Qual a natureza desta mesa real, que persiste independentemente da percepção que tenho dela?

Uma Resposta Incompleta (FÍSICA)

- Todos os fenômenos devem ser reduzidos a movimentos - luz, calor, som,... são devidos a movimentos ondulatórios que passam do corpo que os emite para a pessoa que vê a luz, ouve o som ou sente o calor.
 - Aquilo que tem movimento ondulatório é o "éter", ou "matéria bruta", é o que o filósofo denominaria de "matéria".
 - As únicas propriedades que a ciência atribui à matéria são posição no espaço e capacidade de movimento.
 - A ciência não nega que a matéria possa ter outras propriedades, mas se as têm, elas não são úteis ao homem de ciência e não o auxiliam na explicação dos fenômenos. (EXPLICAÇÃO E UTILIDADE)

Diferença entre as Sensações e a Descrição Física

- Quando se diz que a luz é constituída de ondas (que consiste numa forma de movimento ondulatório), o que realmente se quer dizer é que as ondas são as causas físicas das nossas sensações da luz. Mas a ciência não supõe que a própria luz, aquilo que as pessoas experimentam ao ver, e que as pessoas cegas não experimentam, constitui uma parte do mundo que é independente de nós e dos nossos sentidos. O mesmo se dá com os outros tipos de sensações.
- Então, cores, sons, nossas sensações, não fazem parte do mundo científico da matéria (o mundo exterior). O próprio espaço, como o apreendemos através da visão ou do tato, também não faz parte do mundo científico da matéria. O espaço físico da ciência é público e neutro com relação ao tato e à visão, diferentemente dos espaços aparentes a que cada um de nós temos acesso pelo tato, visão e audição.
 - (CUBO-ESCADA) espaço real público e espaços aparentes privados.

Existência do Espaço Físico Público

- Mas se admitimos que há objetos físicos que, ainda que não sejam idênticos aos nossos dados dos sentidos, são causas destes, então estes objetos físicos devem se situar em um espaço, que podemos chamar de "espaço físico".
- Tanto os objetos dos quais temos sensação, quanto nós mesmos, nossos órgãos dos sentidos e cérebro devem estar neste espaço físico.
- Não teremos sensação de objeto nenhum se nossos corpos não estiverem suficientemente próximos deles no espaço físico, que portanto deve existir como uma consequência de nossa suposição inicial de que existem objetos físicos.
- Este espaço físico é estudado pela geometria e suposto pela física e astronomia

- (PARADOXO) o que obtemos pelos sentidos são sensações privadas. O método para conhecer a realidade e entender o que está além das sensações privadas não pode ser empírico. Deve ser racional!! MATEMÁTICA, FILOSOFIA!!!

O que Podemos Saber sobre O Espaço Físico Público?

- Nossas sensações de proximidade e distância com relação aos objetos em nosso espaço interno, devem corresponder à proximidade e distância no espaço físico. Temos indícios disso. Então, além de existir, o espaço físico guarda certa correspondência com nossos espaços privados.
- Mas o que podemos saber sobre este espaço físico público? Podemos conhecer apenas o que assegura sua correspondência com nossos espaços privados.
- Podemos saber que a terra, lua e sol estão alinhados durante um eclipse, embora não possamos conhecer o que seja, em si mesma, uma linha reta física. A linha reta da geometria não é a linha reta física, mas apenas um tipo de conhecimento que garante a correspondência entre o espaço físico e nossos espaços perceptivos privados. Podemos dizer o mesmo de todo o conhecimento científico.
- Sabemos muito mais sobre as relações das distâncias no espaço físico do que sobre as próprias distâncias. Podemos saber que uma distância é maior do que outra, ou que ela é paralela à mesma linha reta que a outra, mas não podemos ter aquele conhecimento direto imediato das distâncias físicas como temos das distâncias em nossos espaços privados, das cores, dos sons ou dos demais dados dos sentidos.

Dois Exemplos de Limitação no Conhecimento

1. Se de hoje para amanhã TODOS os objetos físicos dobrassem de tamanho, TUDO, desde os átomos, elétrons, nós mesmos, nossa casa, rua, e até os instrumentos de medida. Bem, neste caso não teríamos a menor capacidade de saber que tudo cresceu. Não temos acesso direto ao espaço físico.
2. Eu nunca vou saber se a cor que eu chamo de vermelho é exatamente a mesma que você chama de vermelho. Sei que há uma similaridade entre diferentes objetos que chamamos de vermelho e há uma diferença entre os objetos que chamamos de vermelhos com os que chamamos de azuis. Mas se a sensação desta similaridade que você tem, quando vê objetos vermelhos é exatamente a que eu tenho diante dos mesmos objetos, eu jamais saberei. Não podemos esperar ter conhecimento direto da qualidade do objeto físico que o faz parecer azul ou vermelho. Pode até ser o caso de que a sensação de similaridade que você tem para os objetos vermelhos seja idêntica à que eu tenho para os objetos azuis. Neste caso, o que é vermelho para você será azul para mim. Mas jamais saberemos disso, pois aprendemos a dar o mesmo nome, vermelho, a estas diferentes sensações.

E Quanto ao Tempo?

- Com relação ao tempo, nosso sentimento da duração é notoriamente um guia inseguro em relação ao tempo que o relógio marca.
 - Quando sofremos o tempo passa lentamente, quando estamos agradavelmente ocupados (como quando estudamos filosofia), o tempo passa rapidamente, e quando estamos dormindo, o tempo passa quase como se não existisse.
- Portanto, se tomamos o **tempo como duração**, também existirá a necessidade, como no caso do espaço, de distinguir um tempo público de um tempo privado.
- No entanto, se tomamos o **tempo como uma ordem do antes e do depois**, então não há qualquer necessidade de fazer tal distinção: a ordem temporal que os eventos parecem ter é, segundo o que podemos ver, a mesma ordem temporal que eles realmente têm.
 - Aqui é preciso tomar cuidado. Não se deve supor que os vários estados dos diferentes objetos físicos têm a mesma ordem temporal que os dados dos sentidos que constituem

as percepções daqueles objetos. *Exemplo: relâmpago e trovão.*

O que podemos Conhecer sobre os Objetos Físicos

- Temos sensações privadas, que são distintas dos objetos físicos, e temos conhecimento científico sobre os objetos físicos, que também são distintos dos objetos físicos:
 - As teorias que explicam os fenômenos são corrigíveis e têm sido corrigidas historicamente. Nunca teremos garantia de que nossas teorias científicas atuais são definitivas.
 - As teorias supostamente sobre os objetos físicos e espaço físico são formuladas e testadas tendo como ponto de partida dados dos sentidos, privados, e portanto distintos do próprio espaço físico.
- Podemos conhecer apenas propriedades das relações dos objetos físicos, derivadas de sua correspondência com as relações dos dados dos sentidos. Mas os objetos físicos, eles mesmos, permanecem desconhecidos em sua natureza intrínseca.

Questão que Permanece

- Existe algum outro método de descobrir a natureza intrínseca dos objetos físicos?

Primeira Resposta REALISTA (Pouco Defensável)

- Ainda que não sejam exatamente semelhantes aos dados dos sentidos, os objetos físicos podem ser mais ou menos semelhantes a eles.
- Os objetos físicos teriam realmente cores, por exemplo, e poderíamos, por um acaso feliz, ver um objeto da cor que ele realmente é. A cor que um objeto parece ter em um dado momento seria em geral muito similar, embora não completamente a mesma, a partir de muitos pontos de vista diferentes. A cor real seria uma cor média, intermediária entre as várias tonalidades que aparecem a partir de diferentes pontos de vista.
- Não podemos refutar definitivamente esta teoria, mas podemos mostrar que ela é infundada. A cor que vemos depende da natureza das ondas de luz que atingem nosso olho e estas ondas não são simplesmente uma propriedade do objeto de onde procedem, mas dependem da fonte de luz, do meio onde se propagam, o ar, da maneira como é refletida no objeto, dos nossos órgãos dos sentidos,...
- É completamente desnecessário e injustificável supor que os objetos físicos têm cores. Argumentos similares aplicam-se aos demais sentidos.

Outra Questão

- Admitindo a realidade independente da matéria, existiriam argumentos filosóficos gerais que nos permitiriam dizer se ela deve ser desta ou daquela natureza?

Uma Resposta – Idealismo

- Muitos filósofos têm sustentado que tudo o que é real deve ser em algum sentido mental, ou, pelo menos, tudo o que podemos conhecer sobre alguma coisa deve ser em algum sentido mental.
- O que aparece como matéria é, na realidade, algo mental (mentes mais ou menos rudimentares - Leibniz; idéias nas mentes – Berkeley).
- Os idealistas negam que a matéria seja algo intrinsecamente diferente da mente, embora não neguem que nossos dados dos sentidos sejam sinais de alguma coisa que existe independentemente de nossas sensações privadas.
- Criticaremos o idealismo no próximo capítulo.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 4 – Idealismo

Conclusão do Capítulo Anterior e Questão

- Admitindo a realidade independente da matéria, existiriam argumentos filosóficos gerais que nos permitiriam dizer se ela deve ser desta ou daquela natureza?
- A resposta que apresentaremos e criticaremos neste capítulo é o **idealismo**: doutrina segundo a qual tudo o que existe, ou pelo menos tudo o que podemos saber que existe deve ser em algum sentido mental.
 - Doutrina amplamente sustentada entre os filósofos.

Insuficiência da Rejeição do Idealismo pelo Senso Comum

- De acordo com o senso comum o idealismo é uma doutrina absurda.
 - Obviamente as mesas, cadeiras, sol, lua, os objetos materiais em geral são radicalmente diferentes das mentes e dos conteúdos das mentes e não dependem destas para continuar existindo.
- Mas verdadeiro ou falso, o Idealismo não deve ser rejeitado como sendo obviamente absurdo.
- Vimos que os objetos devem diferir amplamente dos dados dos sentidos.
 - A correspondência entre **objetos** e **dados dos sentidos** é mais ou menos a mesma que entre os **itens de um catálogo** e as **coisas catalogadas**.
- Então o senso comum não nos diz nada sobre a verdadeira natureza intrínseca dos objetos físicos. Portanto não temos boas razões para legitimamente rejeitar o idealismo simplesmente por que nos parece uma opinião estranha.
 - **A verdade sobre os objetos físicos deve ser estranha.** Ela pode até ser inalcançável.
- Em geral, as defesas que os filósofos apresentam à uma posição idealista são baseadas na teoria do conhecimento (epistemologia), ou seja, nas condições que as coisas devem satisfazer a fim de que possamos ser capazes de conhecê-las.

O Idealismo de Berkeley

- Quem primeiro tentou estabelecer o idealismo sobre bases epistemológicas foi o Bispo Berkeley (1685 - 1753).
- Primeiro ele mostrou de modo bastante convincente que nossos dados dos sentidos não podem ser considerados como tendo uma existência independente de nós, estando, pelo menos em parte, na mente.
- Então ele argumentou que os dados dos sentidos eram as únicas coisas de cuja existência nossas percepções poderiam nos assegurar, e que ser conhecido é estar em uma mente; é ser mental.
- Aí concluiu que nada pode ser conhecido exceto o que está em alguma mente.
- Assim, tudo o que é conhecido sem estar na minha mente deve estar em alguma outra mente.

■ **IDÉIA**: para Berkeley é tudo o que é imediatamente conhecido, tal como os dados dos sentidos são conhecidos.

- Então uma cor particular é uma idéia, uma voz que ouvimos é uma idéia,...
- Mas outras coisas além dos dados dos sentidos podem ser idéias, tais como coisas lembradas ou imaginadas. Pois também temos acesso imediato a estas coisas.
- Dos dados dos sentidos Berkeley avança para os objetos comuns, tais como uma árvore. Tudo o que conhecemos imediatamente quando percebemos uma árvore são idéias (no sentido descrito acima).
- Então ele argumenta que não há a menor base para supor que existe alguma coisa real sobre a árvore a não ser o que é percebido.
- O ser da árvore consiste em ser percebida (*esse é percipi*).
- No entanto ele admite perfeitamente que a árvore deve continuar a existir mesmo quando nenhum ser humano a está percebendo.
- Tal existência contínua deve-se ao fato de que Deus continua a percebê-la.
- A árvore "real", que existe a despeito de nossa percepção dela, consiste, então, de idéias na mente de Deus.
- A mente de Deus garante a permanência contínua das coisas a despeito de nossas percepções delas.
- Todas as nossas percepções constituiriam-se, então, de uma participação parcial nas percepções de Deus. É por isso que diferentes pessoas vêem mais ou menos a mesma árvore.
- Assim, independentemente das mentes e suas idéias nada existe no mundo, nem é possível que alguma coisa diferente possa alguma vez ser conhecida, dado que tudo o que é conhecido é necessariamente uma idéia.

Algumas Importantes Falácias do Argumento de Berkeley em Favor do Idealismo

- Berkeley faz uma confusão no emprego da palavra **idéia**.
- Se idéia é algo que existe essencialmente na mente de alguém, então ao dizermos que uma árvore consiste inteiramente de idéias, é natural supor que ela está inteiramente na mente.
- Mas a noção de estar "na" mente é ambígua.
 - Quando dizemos que temos uma pessoa em mente, em geral não queremos dizer que ela está na nossa mente, mas que temos em nossa mente um pensamento a seu respeito.
- Então, quando Berkeley diz que para conhecermos a árvore ela deve estar em nossa mente, tudo o que ele tem o direito de concluir é que um pensamento sobre a árvore deve estar em nossa mente.
- Como Berkeley pode fazer esta confusão aparentemente tão grosseira?
- Para entender isso, duas outras questões sobre os dados dos sentidos e os objetos físicos devem ser elucidadas.
- Concordamos com Berkeley quando ele afirma o caráter subjetivo do dados dos sentidos. Mas isso é totalmente diferente de afirmar que:
 - Tudo o que pode ser imediatamente conhecido deve estar numa mente.
- Para defender este ponto não adianta argumentar em favor da dependência que os dados dos sentidos têm de nós. É necessário provar que pelo fato de serem conhecidas, as coisas devem ser mentais.
- Berkeley acredita ter feito isso e é este problema que nos interessa agora.

A Confusão de Berkeley entre a Coisa Apreendida e o Ato de Apreensão

- Há duas coisas distintas a serem consideradas sempre que uma idéia (no sentido de Berkeley) está diante da mente.
- Por um lado existe a coisa da qual estamos conscientes: a cor de minha mesa, por exemplo.
- Por outro lado, existe o ato mental de apreender a coisa, a consciência presente.
- O ato mental é, por definição mental, mas qual a justificativa para supor que a coisa apreendida é em algum sentido mental?
- O que dissemos antes, sobre as cores, não prova que a coisa apreendida é mental, prova apenas que sua existência (da cor) depende da relação de nossos órgãos dos sentidos com os objetos físicos.
- Ou seja, argumentamos que há uma cor quando um olho normal, sob determinada luz, é colocado em certo ponto em relação a um objeto.
- Não provamos que a cor está na mente de quem percebe, apenas que ela depende da mente de quem percebe.
- A opinião de Berkeley de que a cor deve estar na mente de quem percebe parece basear-se na confusão entre a coisa apreendida e o ato de apreensão.
- Berkeley não faz esta distinção, mas parece que ele denominaria "idéia" estas duas coisas (a coisa apreendida e o ato de apreensão).
- Se é óbvio que o ato de apreensão está na mente, não é óbvio que a coisa apreendida esteja.
- Mas como Berkeley não distingue coisa apreendida de ato de apreensão, e trata ambos como "idéia", quando ele diz que as "idéias" devem estar na mente, ele está afirmando mais do que talvez estejamos dispostos a aceitar. Ele também está afirmando que a coisa apreendida deve estar na mente.
- Então este "equivoco inconsciente" nos leva a concluir que tudo o que podemos apreender deve estar em nossa mente.
- Esta distinção, que escapou a Berkeley, entre o ato e o objeto em nossa apreensão das coisas é de importância vital. Toda a nossa capacidade de adquirir conhecimento está a ela vinculada.
- De fato, a principal característica de uma mente é sua capacidade de conhecer diretamente coisas diferentes dela mesma.
- Percebido o erro do argumento de Berkeley resta a pergunta: será que existem outras razões a favor do idealismo distintas das que Berkeley apresentou?

Argumento Pragmático em Favor do Idealismo

- Costuma-se dizer que não podemos saber se algo existe se não o conhecemos.
- Infere-se que tudo que pode ser relevante para a nossa experiência deve ser no mínimo suscetível de ser conhecido por nós.
- Conclui-se que se a matéria fosse essencialmente alguma coisa da qual não pudéssemos ter conhecimento direto, a matéria seria algo que não poderíamos saber que existe e, portanto, não teria para nós importância alguma.
- Então, subentende-se por alguma razão obscura que o que não pode ter nenhuma importância para nós não pode ser real e que, portanto, a matéria, se ela não é composta de mentes ou idéias mentais, é impossível, sendo apenas uma quimera.

Uma Crítica Preliminar à Defesa Pragmática do Idealismo

- Uma análise justa deste argumento exigiria considerável discussão preliminar que não faremos aqui. Mas certas razões para rejeitá-lo podem ser imediatamente mencionadas.
- Uma delas é que não existe razão alguma pela qual o que não pode ter qualquer importância prática para nós não deva ser real.
- Temos também um interesse teórico pelas coisas. E talvez até possamos definir o **real** como **tudo o que tem algum interesse para nós, seja prático ou teórico**.
- Mas incluir o interesse teórico em nossas possibilidades torna falsa a afirmação de que a matéria não tem nenhuma importância para nós:
 - A própria pergunta por sua existência se relaciona ao nosso desejo de conhecimento, conferindo à matéria a importância de satisfazer ou frustrar este desejo.

Outra Crítica à Defesa Pragmática do Idealismo: Conhecimento Direto x Conhecimento de Verdades

- Não é de modo algum uma verdade inconstestável que não podemos saber se algo existe se não o conhecemos. A palavra conhecer é usada em dois sentidos diferentes:
 - (a) **CONHECIMENTO DE VERDADES**: numa primeira acepção é aplicável ao tipo de conhecimento que é oposto ao erro: "o que sabemos é verdadeiro".
 - (b) **CONHECIMENTO DIRETO**: numa segunda acepção a palavra "conhecer" se aplica ao nosso conhecimento de coisas. Este é o sentido em que conhecemos os dados dos sentidos.
- Então, o que parecia ser uma verdade incontestável fica assim quando reformulado:
 - "Nunca podemos enunciar um juízo verdadeiro sobre a existência de algo se não o conhecemos diretamente".
- Esta sentença de modo algum é uma verdade incontestável. É ao contrário, uma falsidade evidente:
 - Não tenho a honra de conhecer diretamente o presidente dos EUA, mas julgo, com razão, que ele existe.
- O fato é que não existe razão alguma para que eu não saiba da existência de algo que ninguém tem conhecimento direto. Este é um ponto importante que exige elucidação.

Cenas dos Próximos Capítulos...

- Nos casos em que enuncio um juízo verdadeiro sem ter conhecimento direto, a coisa é conhecida por mim por descrição.
- A **existência** de algo que satisfaz esta descrição pode ser **inferida**, através de certos **princípios gerais**, da existência de algo do qual tenho conhecimento direto.
- Para melhor entendermos este ponto trataremos, nos capítulos seguintes, da diferença entre conhecimento direto e conhecimento por descrição e do tipo de conhecimento que podemos ter de princípios gerais.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 5 – Conhecimento Direto e Conhecimento por Descrição

(Ainda está incompleto e desformatado. Eu preciso terminar)

Duas categorias de Conhecimento de Coisas (Direto x por Descrição)

* O conhecimento de coisas que denominamos direto é absolutamente simples. Ele não depende logicamente de qualquer conhecimento de verdades.

* Mas é precipitado assumir que possa haver conhecimento direto de coisas sem que haja conhecimento de verdades sobre elas.

* Já o conhecimento por descrição sempre implica, como veremos, algum conhecimento de verdades como sua fonte e fundamento.

* **CONHECIMENTO DIRETO:** temos conhecimento direto das coisas que estamos directamente conscientes, sem intermediação de qualquer método de inferência ou de qualquer conhecimento de verdades.

* Na presença de minha mesa conheço directamente os dados dos sentidos que constituem sua aparência: sua cor, forma, dureza, lisura, etc.

** E conheço os dados dos sentidos exatamente como são. Não há como melhorar o conhecimento dos dados dos sentidos!

* **CONHECIMENTO POR DESCRIÇÃO:** meu conhecimento da mesa como um objeto físico não é direto. É obtido através do conhecimento direto dos dados dos sentidos que constituem a aparência da mesa. Mas a aparência da mesa não é a mesa. Meu conhecimento da mesa é conhecimento por descrição. Descreve-se a mesa por meio dos dados dos sentidos.

* Para conhecer alguma coisa sobre a mesa, devemos conhecer verdades que a conectem com as coisas das quais temos um conhecimento direto.

* Não há um estado mental em que somos directamente conscientes da mesa.

* Todo nosso conhecimento da mesa é conhecimento de verdades, e a coisa mesma que constitui a mesa não nos é, estritamente falando, conhecida.

* Conhecemos uma descrição e sabemos que há um objeto ao qual esta descrição se aplica exactamente. Mas o próprio objeto não nos é directamente conhecido.

* Mas todo conhecimento tanto de coisas quanto de verdades, baseia-se em última instância no conhecimento direto. Então cabe a pergunta: que espécie de coisas existem das quais temos um conhecimento direto?

* (1) Temos conhecimento direto dos dados dos sentidos.

* Mas há mais coisas. Temos conhecimento direto de "idéias abstratas", ou "universais".

* Se não tivéssemos, só seríamos capazes de conhecer o imediatamente presente aos nossos sentidos. Nada conheceríamos sobre o passado, nem se houve passado, nem poderíamos conhecer qualquer verdade sobre nossos dados dos sentidos.

* (2) Temos conhecimento direto da memória.

* Frequentemente lembramos o que vimos e ouvimos.

* (3) Temos conhecimento imediato por Introspecção.

* Não temos apenas consciência de coisas, mas muitas vezes temos consciência de estarmos conscientes delas. Quando vejo o sol, tenho muitas vezes consciência de que vejo o sol. Esta consciência que tenho de estar consciente de algo é algo do qual tenho conhecimento direto.

** "Meu ato de ver o sol" é um objeto do qual tenho conhecimento direto.

* Tenho consciência de minha fome, de meus sentimentos de prazer, dor,... Em geral, posso ter consciência dos eventos que ocorrem em minha mente. Este tipo de conhecimento é direto e pode ser chamado de autoconsciência. É a fonte de nosso conhecimento dos objetos mentais.

* É claro que só posso ter conhecimento direto do que ocorre em minha mente, não do que ocorre na mente dos outros. O que ocorre na mente dos outros eu só posso conhecer por meio da percepção de seus corpos.

* Esta autoconsciência é consciência de pensamentos e sentimentos particulares, não é consciência de nosso EU puro. É muito difícil sustentar que temos conhecimento direto de nosso eu puro, para além de nossos sentimentos e pensamentos particulares.

* Mas se tenho autoconsciência, ou seja, se tenho conhecimento direto de certos atos de conhecimento, com por exemplo, de ver o sol, parece evidente que tenho conhecimento direto de duas coisas diferentes que se encontram uma em relação com a outra. Por um lado existe o dado dos sentidos que representa para mim o sol, e por outro lado existe aquele que vê este dado dos sentidos. Mas aquele que vê os dados dos sentidos sou eu.

* Assim, quando tenho conhecimento direto do meu ato de ver o sol, o fato completo do qual tenho conhecimento é: "Eu que conheço um dado dos sentidos".

* É difícil ver como poderíamos conhecer esta verdade sem que tivéssemos conhecimento direto de algo que denominamos EU.

* Este EU não precisa ser uma pessoa mais ou menos permanente, a mesma hoje como ontem, mas parece necessário termos conhecimento direto deste algo, seja qual for sua natureza, que vê o sol e

tem um conhecimento direto dos dados dos sentidos.

* Mas este problema é difícil, e não vamos nos comprometer com ele agora. O conhecimento direto do EU é bastante provável, mas não é indubitável.

* RESUMINDO:

** temos conhecimento direto, na sensação, dos dados dos sentidos externos

** temos conhecimento direto, na introspecção, dos dados do que podemos denominar de sentido interior: pensamentos, sentimentos, desejos,...

** temos conhecimento direto, na memória, das coisas que foram dadas quer pelos sentidos exteriores, quer pelo sentido interior.

** é provável, embora não certo, que temos conhecimento direto do EU, como algo que tem consciência das coisas ou as deseja.

* UNIVERSAIS: temos conhecimento direto de idéias gerais, como brancura, diversidade, fraternidade,...

** toda sentença completa deve ter pelo menos uma palavra que represente um universal, visto que todos os verbos têm um significado que é universal. Estudaremos melhor os universais no capítulo 9. Por ora cabe apenas notar que os objetos do conhecimento direto não são apenas coisas particulares e existentes.

** A tomada de consciência dos universais é denominada de concepção, e um universal do qual temos consciência é chamado de conceito.

* Repare que entre os objetos dos quais temos um conhecimento direto não incluímos os objetos físicos, nem as mentes de outras pessoas. Estas coisas, as conhecemos por descrição.

* CONHECIMENTO POR DESCRIÇÃO: por descrição Russell entende toda a frase da forma "um isto ou aquilo" (descrição ambígua) ou "o isto ou aquilo" (descrição definida).

* "um homem" - descrição ambígua

* "o homem da máscara de ferro" - descrição definida.

* O problema que nos interessa é a natureza de nosso conhecimento sobre objetos que correspondem a uma descrição definida, embora não tenhamos um conhecimento direto de qualquer objeto semelhante.

* Portanto, interessa-nos, no que segue, apenas as descrições definidas. ("o isto ou aquilo")

* Um objeto é conhecido por descrição quando sabemos que é "isto ou aquilo", ou seja, quando sabemos que há um objeto, e nenhum outro, que tem uma determinada propriedade (apresentada na

descrição definida).

* Sabemos que o homem da máscara de ferro existiu, conhecemos muitas proposições ao seu respeito, mas não sabemos quem ele era.

* Sabemos que o candidato com mais votos será eleito, mas não sabemos qual dos candidatos será este. Posso até ter um conhecimento direto de todos os candidatos, mas não sei qual deles satisfaz a descrição "o candidato que obterá mais votos".

* Dizemos que temos "conhecimento meramente descritivo" disto ou daquilo quando, embora saibamos que isto ou aquilo existe, e embora possamos ter um conhecimento direto do objeto que, de fato, é isto ou aquilo, contudo, não conhecemos qualquer proposição da forma "a é isto ou aquilo", onde a seja alguma coisa da qual tenhamos um conhecimento direto.

* Os nomes comuns e os próprios são verdadeiras descrições, ou seja, o pensamento que está na mente de uma pessoa que emprega corretamente um nome próprio não pode ser expresso explicitamente se não substituirmos o nome próprio por uma descrição.

* A descrição necessária para expressar o pensamento variará de pessoa para pessoa, ou para a própria pessoa em épocas diferentes. O que não varia nunca é o objeto ao qual se aplica o nome.

* EXEMPLO: quando Bismarck usa o nome Bismarck para falar de si mesmo, este é o único caso que o nome representa simplesmente certo objeto, e não uma descrição do objeto. Pois admitimos que é possível que Bismarck tenha um conhecimento direto de si mesmo.

* Quando algum amigo de Bismarck usa o nome Bismarck para enunciar um juízo sobre ele, o que esta pessoa conhecia diretamente era certos dados dos sentidos que associava com o corpo de Bismarck. Seu corpo, como objeto físico, e ainda sua mente, eram conhecidos apenas como o corpo e a mente associados a estes dados dos sentidos. Ou seja, eram conhecidos por descrição.

* Quando nós, que não conhecemos Bismarck, enunciamos um juízo sobre ele, a descrição em nossas mentes será provavelmente uma massa mais ou menos vaga de conhecimentos históricos.

* Por exemplo, suponha que pensemos nele como "o primeiro chanceler do Império germânico". Todas as palavras desta descrição são abstratas, exceto "germânico".

* A palavra "germânico" tem diferentes sentidos para diferentes pessoas, mas seu entendimento exige a referência a objetos particulares do qual temos conhecimento direto: a forma do mapa da Alemanha, viagens que fiz a Alemanha, algum livro que li,...

* Então qualquer descrição que sabemos ser aplicável a algo particular deve implicar alguma referência a um particular do qual temos conhecimento direto.

* Ex: "o mais velho dos homens" é uma descrição que só contém universais, e portanto não permite que afirmemos nada mais sobre este homem do que o que a própria descrição implica. Por outro lado, "o primeiro chanceler do Império Germânico" me permite fazer a afirmação: "o primeiro chanceler do Império Germânico foi um diplomata astucioso". Mas a verdade deste nosso juízo depende de conhecimentos diretos que tenhamos sobre o primeiro chanceler.

- * -INCOMPLETO - COMPLETAR!!!

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 6 – Sobre a Indução

Questão Preliminar: como ampliar nosso conhecimento para além dos dados dos sentidos?

- Que coisas existem no universo que sabemos de sua existência porque temos um conhecimento direto delas?
- Até aqui, via conhecimento direto, sabemos apenas que os dados dos sentidos existem e, provavelmente, nós próprios existimos. Também sabemos, via memória, que os dados dos sentidos do passado existiram no passado.
- Mas se quisermos fazer inferências destes dados e ampliar nosso conhecimento, se quisermos conhecer a existência da matéria, de outras pessoas, do passado anterior ao começo de nossa memória individual, ou do futuro, devemos conhecer certos princípios gerais por meio dos quais possamos fazer tais inferências.
- Devemos saber que a existência de uma coisa **A** é sinal da existência de uma coisa **B** (concomitante, anterior ou posterior), como o trovão é sinal da existência anterior do relâmpago.
- Sem o conhecimento de uma tal lei geral de associação nunca poderíamos ampliar nosso conhecimento para além da esfera de nossa experiência privada.
- A questão que trataremos neste e nos próximos capítulos é se esta ampliação do conhecimento é possível e, em caso afirmativo, como se realiza.

Expectativas Futuras -- O Sol Nascerá Amanhã

- Todos estamos convictos de que o sol nascerá amanhã. Mas qual é nossa justificativa para esta convicção? Ela é razoável?
- Podemos dizer: "*o sol nascerá amanhã porque tem invariavelmente nascido todos os dias*".
 - Temos uma crença firme de que ele nascerá no futuro porque tem nascido no passado.
- Mas e se nos perguntarem por que acreditamos que no futuro o sol continuará a se comportar como tem se comportado no passado, nascendo a cada dia?
- Podemos, neste caso, apelar para as leis do movimento: se nada externo impedir o movimento de rotação da terra ela, conforme as leis do movimento, continuará a girar e o sol nascerá amanhã. E não há nada externo que pode ameaçar a rotação da terra de hoje para amanhã.
- Mas e se nos perguntarem por que acreditamos que no futuro as leis do movimento continuarão a funcionar do mesmo modo como têm funcionado no passado?
- Tal dúvida nos deixa na mesma posição.
 - A única razão que temos para acreditar que as leis do movimento continuarão atuando é a de que elas têm atuado até aqui.

Nossas Expectativas São Apenas Prováveis

- Então a possibilidade de ampliação de nosso conhecimento para além da estreita esfera de nossa experiência direta exige que tratemos a seguinte questão:
- Um número qualquer de casos em que se cumpriu uma lei no passado proporciona evidência de que se cumprirá o mesmo no futuro?
- Em caso negativo, então não teremos base alguma para esperar que o sol nasça amanhã, nem para esperar que o pão que comeremos amanhã não nos envenene, nem que nenhuma de

nossas expectativas conscientes se cumpram.

- No entanto, todas essas nossas expectativas são apenas prováveis. Não temos, pois, que procurar uma prova de que elas DEVEM ser cumpridas, mas apenas alguma razão para que seja provável que elas se cumpram.

Há Valor de Conhecimento em Nossas Expectativas?

- A experiência e o hábito nos levam a associar eventos. Isso ocorre até com os animais que, por exemplo, esperam seu alimento quando vêem a pessoa que geralmente os alimenta.
- Claro que estas grosseiras expectativas estão sujeitas ao erro.
- O homem que alimenta todos os dias o frango, ao final lhe torce o pescoço.
- Nossos instintos e hábitos psicológicos nos levam a acreditar que algo que aconteceu várias vezes, sob as mesmas circunstâncias voltará a acontecer.
- Mas é possível que nossas expectativas sejam frustradas, tanto quanto as do pobre frango que virou sopa.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">■ É pois importante que distingamos o fato de que as uniformidades tendem a nos causar expectativas com o fato de saber se existe algum motivo razoável para atribuímos valor a tais expectativas. |
|--|

A Crença na Uniformidade da Natureza -- Leis sem Exceções

- Nossa questão então é: temos alguma razão para acreditar no que se tem denominado "a uniformidade da natureza"?
- A crença na uniformidade da natureza é a crença de que tudo o que ocorreu ou ocorrerá é uma instância de alguma lei geral que não tem exceção alguma.
- Nossas grosseiras expectativas quotidianas estão todas sujeitas a exceções. Mas a ciência pressupõe, pelo menos como uma hipótese de trabalho, que as leis gerais que têm exceções podem ser substituídas por leis gerais que não têm exceções.
- Vejamos um exemplo: "corpos sem apoio no ar caem". Esta é uma lei geral à qual os balões e os aviões são exceções. Mas as leis do movimento e a lei da gravitação, que explicam a queda dos corpos, também explicam porque balões e aviões podem voar, não sendo sujeitas a tais exceções.
- O objetivo da ciência é descobrir uniformidades, tais como as leis do movimento e da gravitação, de tal modo que por mais que ampliemos nossas experiências elas não sofram exceções.
- Mas apesar dos evidentes êxitos da ciência em descobrir uniformidades que têm se mantido até aqui, podemos voltar à nossa velha questão:
- Admitindo que as uniformidades descobertas pela ciência têm sempre se mantido no passado, temos alguma razão para supor que se manterão no futuro?
- Mesmo a referência a futuro ou passado é acidental. A pergunta que realmente temos que fazer é esta:
- Quando encontramos duas coisas freqüentemente associadas, e não conhecemos nenhum caso em que uma ocorreu sem que a outra também ocorresse, a ocorrência de uma das duas, num novo caso, nos dá algum fundamento suficiente para esperar a outra?
- O tipo de resposta que dermos a esta pergunta fundamentará nosso conhecimento sobre nossas expectativas em relação ao futuro, resultados obtidos por indução e praticamente todas as crenças em que se baseiam nossa vida cotidiana.

A Associação por Uniformidade -- Princípio de Indução

- Em primeiro lugar é preciso conceder que o fato de duas coisas terem sido encontrados juntas com frequência e nunca separadas não é suficiente para provar de modo demonstrativo que serão encontradas juntas no próximo caso que analisarmos. O máximo que podemos esperar é que quanto maior for a frequência com que tenham sido encontradas juntas, mais provável será que se achem unidas em outra ocasião. Nos aproximaremos cada vez mais da certeza, mas sem nunca atingi-la completamente. A probabilidade é tudo o que podemos pretender.
- O princípio que estamos examinando pode ser chamado de **princípio da indução**, e suas duas partes podem assim serem formuladas:

- (a) Quando uma coisa de uma determinada espécie **A** se acha frequentemente associada com uma outra coisa da espécie **B**, e nunca foi encontrada dissociada de uma coisa da espécie **B**, quanto maior for o número de casos em que **A** e **B** tenham sido encontrados associados, maior será a probabilidade de que se encontrem associados num novo caso no qual sabemos que um deles está presente.
- (b) Nas mesmas circunstâncias, um número suficiente de casos de associação converterá a probabilidade de uma nova associação quase numa certeza, aproximando-a desta indefinidamente.

- Segundo tal formulação o princípio aplica-se apenas à verificação de nossa expectativa sobre um novo caso particular. Podemos, no entanto, saber se existe uma probabilidade a favor da lei geral segundo a qual as coisas da espécie **A** estão sempre associadas com coisas da espécie **B**.
- A probabilidade da lei geral será obviamente menor que a do caso particular, pois se a lei geral é verdadeira, o caso particular também deve ser, ao passo que o caso particular pode ser verdadeiro sem que a lei geral o seja. Não obstante, a probabilidade da lei geral aumenta com as repetições tanto quanto a probabilidade dos casos particulares.
- Então o princípio de indução em relação à lei geral pode ser assim formulado, em suas duas partes:

- (a) Quanto maior for o número de casos nos quais determinada coisa da espécie **A** se associou a uma coisa da espécie **B**, se não conhecemos nenhum caso em que haja faltado a associação, o mais provável será que **A** se achará sempre associado com **B**.
- (b) Nas mesmas circunstâncias, um número suficiente de casos de associação de **A** com **B** tornará quase certo que **A** se acha sempre associado com **B**, e esta lei geral se aproximará indefinidamente da certeza.

Princípio de Indução -- nem refutado, nem demonstrado

- O princípio de indução não pode ser refutado com base na experiência. A aplicação do princípio de indução para concluir que todos os cisnes são brancos era perfeitamente correta antes do descobrimento da Austrália, onde constatou-se a existência de cisnes negros. A probabilidade é sempre calculada com base no conjunto de dados conhecidos. Novos dados alterariam em muito a probabilidade. Além disso a probabilidade não proíbe desvios. É bastante improvável que eu me torne milionário ganhando na loteria, mas se isto ocorrer não será por uma falha das leis da probabilidade.
- Mas o princípio de indução também não pode ser provado pela experiência. Por mais que a experiência confirme que o princípio de indução tem se aplicado em diversos casos já examinados, a única garantia que podemos ter de que ele se aplicará a novos casos não examinados é o próprio princípio de indução.
- Usar o princípio de indução para justificar o princípio de indução é um caso de uma falácia lógica conhecida como petição de princípio.

Princípio de Indução-- Princípio Geral Aceito por Sua Evidência Intrínseca

- Que devemos então fazer?
- Devemos aceitar o princípio de indução em razão de sua evidência intrínseca.
- Se rejeitamos o princípio de indução não temos razão alguma para esperar que o sol nasça amanhã, ou que o pão seja mais nutritivo que uma pedra, ou que se nos jogarmos de um telhado cairemos. Quando avistarmos alguém que consideramos como nosso melhor amigo, não teremos nenhuma razão para não supor que seu corpo não esteja habitado pela mente de nosso pior inimigo ou de alguém totalmente estranho.
- Toda nossa conduta se baseia em associações que têm funcionado no passado, e que, portanto, consideramos que provavelmente continuarão funcionando no futuro. A justificativa para tais associações é a suposta validade do princípio de indução.
- Os princípios gerais da ciência, como a crença em um regime de leis e a crença de que todo acontecimento deve ter uma causa também dependem inteiramente do princípio de indução.
- Assim, todo conhecimento que, com base na experiência, nos diz alguma coisa sobre o que não experimentamos, baseia-se em uma crença que a experiência não pode confirmar nem refutar (o princípio de indução), mas que, pelo menos em suas aplicações mais concretas, parece estar tão firmemente enraizada em nós como muitos fatos da experiência.
- A existência e a justificação deste tipo de crenças, das quais o princípio de indução é apenas um dos exemplos, suscitam alguns dos problemas mais difíceis e mais debatidos da filosofia. Assunto que nos aprofundaremos no próximo capítulo.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 7 – Sobre Nosso Conhecimento dos Princípios Gerais

Os Princípios Gerais Não Dependem da Experiência

- Mesmo não sendo possível provar o princípio de indução com base na experiência, nós acreditamos nele sem hesitação.
- Acreditamos que o sol vai nascer amanhã, que as leis de Newton que funcionaram tão bem até hoje continuarão funcionando no futuro, que se eu me jogar do trigésimo andar de um prédio a queda me matará,...
- O princípio da Indução é um **princípio geral** que conhecemos, e cuja fonte deste conhecimento não é a experiência. Há vários outros destes princípios independentes da experiência.

Há Mais Princípios Gerais Além do Princípio de Indução – Princípios de Inferência

- Alguns destes princípios são até mais evidentes que o princípio de indução e o conhecimento deles é tão certo quanto o conhecimento da existência dos dados dos sentidos.
- Estes princípios constituem os meios de fazer inferências a partir do que é dado na sensação.
- O que inferimos a partir da experiência só será verdadeiro se os princípios que utilizamos para fazer inferências forem verdadeiros.
- Muitas vezes nem percebemos nossos princípios de inferência por causa de sua obviedade. Os aceitamos e utilizamos sem nem perceber isso.
- Mas é extremamente importante compreender o uso dos princípios de inferência. O conhecimento que temos deles suscita interessantes e difíceis problemas filosóficos.

Princípios Gerais da Dedução – exemplo: *Modus Ponens*

- Conhecemos os princípios gerais primeiramente quando compreendemos alguma aplicação particular. Então percebemos que a particularidade é irrelevante e que há uma generalidade (o princípio) que pode ser afirmada com a mesma legitimidade que a aplicação particular.
- Aprendemos matemática assim. Primeiro vemos que duas maçãs mais duas pêras são quatro frutas, que dois homens mais duas mulheres são quatro pessoas, e só depois aprendemos o princípio geral, verdadeiro para quaisquer casos, de que "dois mais dois são quatro".
- Tanto nossos conhecimentos de matemática quanto nossos conhecimentos de lógica são conhecimentos de princípios gerais independentes da experiência. Vejamos um exemplo:

- Você tem que admitir que "Se ontem era dia 08, hoje deve ser dia 09".
 - *Está bem, admito.*
- Ontem era dia 08, pois você jantou com Jones e basta consultar sua agenda para ver que seu jantar com Jones estava marcado para dia 08.
 - *Isso mesmo, dia 08.*
- Portanto hoje é dia 09.
 - *De fato, você tem razão.*

- Este raciocínio foi construído de tal forma que: *ao admitir que suas premissas são verdadeiras, ninguém pode negar que sua conclusão deve também ser verdadeira.*
- Isto parece tão óbvio neste caso que mal nos damos conta de que este raciocínio exige a

suposição de um princípio lógico geral:

○ *suponhamos conhecido que se isso é verdadeiro, então aquilo também é verdadeiro. Se supusermos também conhecido que isso é verdadeiro, então se segue que aquilo também é verdadeiro.*

- Quando ocorre que se isso é verdadeiro então aquilo também é verdadeiro, diremos que isso "implica" aquilo, ou que aquilo "se segue" disso.
- Então o princípio geral acima estabelece que: "*se isso implica aquilo e isso é verdadeiro, então aquilo também é verdadeiro.*" Em outras palavras: "qualquer coisa implicada por uma proposição verdadeira é verdadeira." [**Modus Ponens**]
- Este princípio está implícito em todas as demonstrações.
- **Se alguém nos perguntar:** por que devo considerar verdadeiras as conclusões de argumentos válidos com premissas verdadeiras? Só podemos responder a tal questionamento apelando para nosso princípio geral.
- "É impossível duvidar da verdade do princípio, e sua evidência é tão grande que à primeira vista parece trivial".
- É tão trivial, que raramente nos damos conta de o estar empregando. Mas quando ele é mal empregado em um raciocínio, não é difícil perceber que há algo errado:

Se estou no RN, então estou no Brasil. Estou no RN. Logo estou no Brasil uso correto
Se estou no RN, então estou no Brasil. Não estou no RN. Logo não estou no Brasil uso incorreto.

Leis do Pensamento

- Tais princípios não podem ser triviais ao filósofo. Eles mostram que **podemos ter conhecimento INDUBITÁVEL que não é derivado dos sentidos.**
- Este é apenas um de vários princípios lógicos evidentes por si. Deve-se aceitar pelo menos alguns deste princípios para que qualquer argumento ou prova se torne possível.
- A tradição tem selecionado três destes princípios com o nome de "Leis do Pensamento":
 1. **Lei da Identidade:** "tudo o que é, é."
 2. **Lei de Contradição:** "Nada pode, ao mesmo tempo, ser e não ser"
 3. **Lei do Terceiro Excluído:** "Tudo deve ser ou não ser".
- Estas leis são exemplos de princípios lógicos evidentes por si, mas não são realmente mais fundamentais ou evidentes que vários outros princípios similares, tal como o princípio que acabamos de considerar.
- O nome "lei do pensamento" também é impreciso, pois não importa se são estes os modos através dos quais pensamos. O que importa é que nossos raciocínios estarão bem (verdadeiramente) justificados se os justificarmos através de usos corretos destes princípios.
- Além dos princípios lógicos DEDUTIVOS, que nos permitem demonstrar, a partir de premissas dadas, que algo é CERTAMENTE verdadeiro, existem outros princípios lógicos que nos permitem demonstrar, a partir de premissas dadas, que existe uma maior ou menor PROBABILIDADE de que algo seja VERDADEIRO. O mais importante é o PRINCÍPIO DE INDUÇÃO.

Empiristas x Racionalistas – Conhecimento *a priori*

- **EMPIRISTAS** (Locke, Berkeley, Hume) todo nosso conhecimento deriva da experiência.
- **RACIONALISTAS** (Descartes, Leibniz) existem certas "idéias inatas" ou "princípios inatos" que conhecemos independentemente da experiência.
- **CONTRA OS EMPIRISTAS:** conhecemos os princípios lógicos, que não podem ser provados pela experiência, visto que todas as provas os pressupõem.

- Neste ponto, que era o mais importante da controvérsia, os racionalistas tinham razão.
- **CONTRA OS RACIONALISTAS (1):** apesar de ser logicamente independente da experiência (não pode ser provado pela experiência), nosso conhecimento dos princípios gerais é suscitado e CAUSADO pela experiência.
 - "É por ocasião das experiências particulares que nos tornamos conscientes das leis gerais que exemplificam suas conexões."
- No lugar da palavra "**inato**", usa-se a palavra "*a priori*" para descrever nosso conhecimento dos princípios lógicos. Não nascemos com estes conhecimentos. Eles não derivam da experiência mas a experiência suscita em nós o seu conhecimento.
- Portanto, Russell afirma que há conhecimento *a priori* expressando com isso que a experiência, que o suscita em nós, não é suficiente para prová-lo. Apenas dirige nossa atenção. Mas sua verdade é vista sem necessidade de qualquer prova da experiência.
- **CONTRA OS RACIONALISTAS (2):** "nada pode ser conhecido como existente a não ser por meio da experiência."
- Se quisermos provar que alguma coisa da qual não temos experiência direta existe, devemos ter entre nossas premissas a existência de uma ou mais coisas das quais temos experiência direta.
- Nossa crença de que os dinossauros existiram baseia-se em evidências empíricas (dados dos sentidos) que fundamentam os argumentos sobre eles.
- Mas os racionalistas acreditavam que a partir de considerações gerais sobre o que **DEVE** ser eles poderiam deduzir a existência (o que É) disto ou daquilo no mundo real.
- Sobre esta crença parece que os racionalistas estavam equivocados, pois **todo conhecimento que podemos adquirir a priori sobre a existência parece ser hipotético:**

Todo Conhecimento *a priori* é Hipotético

- Todo conhecimento *a priori* parece ter a seguinte forma hipotética
 - Se uma coisa existe (hipótese), outra deve existir, ou de modo mais geral, se uma proposição é verdadeira (hipótese), outra também deve ser verdadeira.
- O **princípio de indução** e o **princípio lógico *modus ponens***, que já tratamos, são bons exemplos deste caráter hipotético do conhecimento *a priori*:
- **MP:** se isto é verdadeiro, e isto implica aquilo, então aquilo é verdadeiro.
- **INDUÇÃO:** se isto e aquilo foram frequentemente encontrados em conexão, provavelmente estarão conectados na próxima vez em que encontrarmos um deles.

Todo Conhecimento que Afirma a Existência é Empírico

- Todo conhecimento de que alguma coisa existe, por sua vez, deve em parte depender da experiência.
- Quando conheço alguma coisa de modo imediato, sua existência é conhecida só pela experiência. Quando se prova que alguma coisa existe, sem que seja imediatamente conhecida, tanto a experiência, quanto princípios *a priori* são requeridos para a prova.
- Dizemos que o **conhecimento é empírico** quando se funda completa ou parcialmente na experiência.
- Então, todo conhecimento que afirma a existência é empírico.
- O conhecimento exclusivamente *a priori* sobre a existência é hipotético. Apenas nos dá conexões entre as coisas que existem ou podem existir, mas não nos dá a existência real.

Outros Tipos de Conhecimento *a priori* – Valores Éticos

- Há outros tipos de conhecimento *a priori* além dos princípios lógicos gerais: o

conhecimento relativo aos VALORES ÉTICOS.

- Se algo é útil, é porque assegura algum fim. Se é virtuoso, é porque revela alguma virtude. Se quisermos ir às últimas conseqüências, o fim e a virtude devem ser valiosos em si mesmo, e não apenas útil a um fim ou virtude ulterior.
- Assim **os juízos relativos aos valores éticos dependem de juízos em relação ao que é valioso em si mesmo.**
- Qual o fundamento que temos para julgar que a felicidade é mais desejável do que miséria, o conhecimento mais que a ignorância, a benevolência mais que o ódio?
 - **Estes juízos devem ser, ao menos me parte, imediatos e *a priori*.**
- Eles podem até ser suscitados pela experiência. E o são, pois não parece possível julgar se alguma coisa é intrinsecamente valiosa a menos que tenhamos experimentado alguma coisa do mesmo tipo.
- Mas parece óbvio que não podemos provar juízos sobre os valores éticos por meio da experiência, pois **o fato de que uma coisa existe não pode provar que seja bom ou mau que ela exista.**
- A ética investiga este tipo de problemas. E **cabe-lhe estabelecer a impossibilidade de deduzir o que deve ser do que é.**
 - Caso fosse possível estabelecer o que deve ser a partir do que é, a ética não seria uma área da filosofia, mas sim uma ciência empírica.
- Por ora basta compreendermos que o conhecimento em relação ao que é intrinsecamente valioso é *a priori* no mesmo sentido em que a lógica é *a priori*, ou seja, no sentido de que a verdade de tal conhecimento não pode ser provada nem refutada por meio da experiência.

Conhecimento *a priori* Generalizações Empíricas

- Toda a matemática pura, e também a lógica é *a priori*. Muitos filósofos empiristas tentaram negar este fato.
- Mesmo sendo suscitado pela experiência, uma vez que estabelecemos que “dois mais dois são quatro”, torna-se desnecessário o exame de qualquer outro caso. Os casos particulares não sustentam o princípio, apenas o exemplificam. **A nossa certeza de que dois mais dois são quatro não aumenta com novos exemplos.**
- Além disso, há uma qualidade de **NECESSIDADE** no que é conhecido *a priori*. Esta necessidade está ausente até mesmo nas mais atestadas generalizações empíricas.
- Embora sejam verdadeiras no mundo atual, sentimos que poderia haver um mundo no qual certas generalizações empíricas fossem falsas (todos os homens são mortais). No entanto, sentimos que em qualquer mundo possível dois mais dois serão quatro. Um mundo em que dois mais dois fosse cinco seria totalmente incompreensível a nós. Nos reduziria à dúvida total.

Em Alguns Casos as Deduções Aumentam Nosso Conhecimento

- Há um velho debate sobre se a dedução nos dá conhecimento novo. Nossos esclarecimentos parecem apontar que sim, pelo menos em certos casos.
- Se já sabemos que dois e dois são quatro, e também que José e Antônio são dois, e que Roberto e Sérgio são dois, então podemos deduzir que **José, Antônio, Roberto e Sérgio são quatro.**
- **Este conhecimento é novo.** Nas premissas há o princípio geral, que não nos fala nada sobre pessoas (dois e dois são quatro) e há premissas particulares (sobre os pares) que não nos diziam que fossem quatro pessoas.

Quando Usar Indução e Quando Usar Dedução

- Mas a novidade no conhecimento é muito menos certa nos exemplos tradicionais de dedução que vimos nos cursos de lógica:
- "*Todos os seres humanos são mortais, Sócrates é um ser humano, portanto Sócrates é mortal*". A conclusão não parece indicar conhecimento novo, pois está contida nas premissas.
- A melhor maneira de argumentar sobre a mortalidade de Sócrates é através de uma indução a partir do fato conhecido de que certos seres humanos A, B, C, ... eram mortais.
- Afinal de contas, a probabilidade de que Sócrates seja mortal é maior do que a probabilidade de que todos os homens sejam mortais. Fazer a indução do princípio geral para depois aplicá-lo, via dedução, a um caso particular é aumentar incerteza no processo.
- Está pois ilustrada uma importante diferença entre proposições gerais conhecidas *a priori*, como "dois mais dois são quatro", e generalizações empíricas como "todos os homens são mortais". Com relação à primeira, a dedução é o modo correto de argumentar. Já com relação à segunda, a indução é sempre teoricamente preferível, assegurando maior confiança na verdade da conclusão.

Cenas dos Próximos Capítulos

- Vimos pois que há proposições conhecidas *a priori*, e que entre elas estão as proposições da lógica, da matemática pura e as proposições fundamentais da ética.
- O problema que esta constatação levanta, e que trataremos no próximo capítulo é: Como é possível que exista um conhecimento deste gênero? Como pode haver conhecimento de proposições gerais quando não nos é possível examinar todos os casos, pois seu número é infinito?
- Quem primeiro levantou estes problemas foi o filósofo alemão Immanuel Kant (1724 - 1804). Eles são muito difíceis e historicamente muito importantes.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 8 – Como o Conhecimento *a priori* é Possível

Kant e as Proposições Analíticas

- Immanuel Kant foi o pai da "**filosofia crítica**" cuja questão fundamental era:
 - "admitindo que há conhecimento de vários tipos, como tais conhecimentos são possíveis?"
- A partir da resposta a esta pergunta básica, Kant deduziu vários resultados metafísicos em relação à natureza do mundo.
- Dois dos principais méritos de Kant são:
 1. Percebeu que temos conhecimento de tipo *a priori* (que não pode ser demonstrado pela experiência) que não são analíticos, isto é, de tal natureza que seu oposto seria contraditório. Antes de Kant pensava-se que todo conhecimento *a priori* deveria ser analítico.
 2. Tornou evidente a importância filosófica da Teoria do Conhecimento.
- Exemplos de proposições analíticas:
 - *Um homem calvo é um homem.*
 - *Um mau poeta é um poeta.*
- As proposições analíticas afirmam no predicado uma propriedade já dada no sujeito. O predicado é obtido por uma simples análise do sujeito (analíticas).
- Estas proposições são triviais (nada informam) .
- Negar uma proposição analítica é cair em contradição, ou seja, afirmar e negar ao mesmo tempo uma determinada propriedade de um sujeito:
 - *Um homem calvo não é calvo*
 - **CONTRADIÇÃO:** afirma e nega a calvice de um mesmo homem.

A Matemática e o Sintético *a priori*

- Como antes de Kant acreditava-se que todo o conhecimento *a priori* deveria ser analítico, então a **lei da contradição** (segundo a qual nada pode ao mesmo tempo ter e não ter uma determinada propriedade) seria suficiente para estabelecer a verdade de qualquer outro conhecimento *a priori*.
- **Hume**, influenciado pela força deste fato, defendia uma postura considerada **cética**:
 - Nada pode ser conhecido *a priori* sobre a conexão de causa e efeito.
- Kant estendeu este ponto e afirmou que não apenas a conexão entre causa e efeito, mas também as proposições da matemática (aritmética e geometria) são **sintéticas**, isto é, não são analíticas.
- Exemplo de Kant: " $7+5=12$ " - a idéia de 12 não está contida no sujeito. Não está em 7, nem em 5, nem mesmo na idéia de colocá-los junto.
- **Toda a matemática pura embora seja *a priori*, é sintética.**
- **A pergunta óbvia é:** como é possível o conhecimento sintético e *a priori*? Ou, de modo mais específico: **como é possível conhecer a matemática?**
- Esta é uma pergunta fundamental e difícil, para a qual qualquer filosofia que não seja totalmente cética deve procurar uma resposta.

O Empirismo Radical não Explica o Conhecimento Matemático

- A resposta **empirista radical**, que diz que a **matemática é derivada da experiência de casos particulares por indução** não é boa por duas razões:
 1. O próprio princípio de indução não pode ser derivado da experiência e, não sendo analítico, é ele próprio exemplo de um conhecimento sintético *a priori*.
 2. Novos casos particulares não aumentam a confiabilidade das proposições gerais da matemática (tais como "dois mais dois são sempre quatro"). Tais proposições têm portanto natureza diversa das generalizações empíricas.
- A experiência não é portanto justificativa para este conhecimento de tipo geral (universal), pois mesmo o conjunto de toda nossa experiência continua sendo particular. A abrangência da matemática, da lógica e do próprio princípio de indução é sempre maior do que a de nossa experiência. Ela não pode justificar estes conhecimentos.
- Não sabemos quais serão os habitantes de Natal daqui a cem anos, mas sabemos que dois deles, mas outros dois deles serão quatro.

Kant Explica o Conhecimento Sintético *a Priori*

- Qual então a resposta de Kant à pergunta sobre a possibilidade do conhecimento sintético *a priori*?
- Há duas dimensões a serem distinguidas em toda a nossa experiência: uma pertencente ao objeto (o que temos denominado de objeto físico) e outra pertencente à nossa própria natureza.
- Já vimos que o objeto físico é diferente dos dados dos sentidos a ele associados, sendo os dados dos sentidos resultado de uma associação entre o objeto físico e nós mesmos.
- Kant delimita bem qual é o nosso papel e qual o papel dos objetos físicos no conhecimento.
- Kant considera que o material bruto dado na sensação é próprio do objeto. O que nós fornecemos é a organização no espaço, tempo, e todas as relações entre os dados dos sentidos que resultam de comparação, causalidade ou outra consideração.
- Isso é assim pois temos a impressão de ter conhecimento *a priori* em relação ao espaço e ao tempo, e sobre a causalidade e sobre a comparação, mas não em relação ao efetivo material bruto da sensação.
- O conhecimento *a priori* é seguro e tudo o que experimentarmos estará conforme a ele porque o conhecimento *a priori* expressa características que são devidas à nossa própria natureza. Portanto, qualquer coisa que experimentamos, se conformará ao nosso modo de experimentar, à nossa natureza. Disso decorre a universalidade do conhecimento *a priori*.
- O objeto físico ("coisa-em-si" - a causa das sensações) é incognoscível. Conhecemos apenas o objeto tal como que é dado na experiência, já filtrado e estruturado pelas nossas categorias puras da razão e sensibilidade (o "fenômeno").
- O que conhecemos, que é o fenômeno, é um produto comum nosso e da coisa-em-si.
- Então sempre há características que nos são próprias em qualquer fenômeno que conhecemos e é justamente isso que faz com que todos os fenômenos se conformem ao nosso conhecimento *a priori*.
- A coisa-em-si, por sua vez, fora da experiência, é incognoscível. O conhecimento *a priori* não se aplica a ela, pois ele é verdadeiro apenas da experiência efetiva. O conhecimento *a priori* representa aquilo que é propriamente nosso em tudo o que experimentamos.

Crítica à Explicação de Kant sobre o Sintético *a Priori* - O Problema da Certeza e Univesalidade

- Mas há um problema com o modo como Kant explica que os fatos sempre se conformarão com a lógica e a aritmética. Dizer que a lógica e a aritmética são contribuições nossas não é uma explicação, segundo Russell.

- Nossa natureza também é um fato do mundo existente e, portanto, não podemos ter certeza de que permanecerá constante.
- Poderia acontecer, portanto, que amanhã nossa natureza mudasse, de tal modo que dois mais dois se tornasse cinco.
- Esta mera possibilidade destrói completamente a certeza e a universalidade pretendidas para as proposições aritméticas.
- Kant poderia refutar nos lembrando de que ele considera que o tempo é uma forma imposta pelo sujeito aos fenômenos, de tal modo que nosso eu verdadeiro não está no tempo nem tem amanhã, não podendo assim modificar-se
- Poderíamos, então, responder a Kant dizendo que se nossa natureza também é um fato do mundo existente, então, mesmo sendo imposta pelo sujeito, ordem temporal (ou qualquer outra categoria pura da sensibilidade ou entendimento) é determinada pelo que está por detrás dos fenômenos (as coisas-em-si).
- Assim, qualquer garantia de certeza e universalidade dos conhecimentos *a priori* necessitariam de conhecimento sobre as coisas-em-si para serem produzidas. Como tal conhecimento é impossível, para Kant, então ele próprio não pode justificar a certeza e universalidade que pretende para o conhecimento *a priori*.

Problema: O Sujeito Também está no Mundo das Coisas-em-Si

- A Crítica fundamental de Russell parece ser a de que a análise de Kant reivindica uma separação radical entre sujeito e objeto. O mundo do sujeito, de nossa razão e sensibilidade teria que ser de uma natureza distinta do mundo dos objetos para que a análise de Kant faça sentido. Quando Russell nos lembra que se nós, sujeitos, também somos parte do mundo das coisas existentes, do mundo dos objetos, então não pode haver separação radical entre aspectos subjetivos e aspectos objetivos. O próprio mundo da razão e da sensação, que Kant apresenta como autônomo, na verdade faz parte do mundo dos objetos e deve portanto estar sujeito aos mesmos princípios explicativos.
- Russell ainda reclama de que não há justificativa para limitarmos a universalidade de nossas crenças sobre a aritmética a fenômenos. Dois objetos físicos (coisas-em-si) mais dois objetos físicos devem somar quatro objetos físicos, mesmo que nossa experiência dos objetos físicos seja impossível.

O Conhecimento *a Priori* não Pode ser Mental

- Russell critica ainda o suposto caráter mental do conhecimento *a priori*. O conhecimento *a priori* para Kant teria mais a ver com a maneira como pensamos (ou devemos pensar) do que com algum fato do mundo exterior. Ele exemplifica sua crítica com a lei de contradição: "nada pode ao mesmo tempo ter e não ter uma qualidade".
- É verdade que é pelo pensamento, e não pela observação que nos persuadimos de que é necessariamente verdadeiro que minha mesa não pode ao mesmo tempo ser retangular e não ser retangular.
- Mas isso não significa que a lei de contradição é uma lei do pensamento. O que acreditamos, quando acreditamos na lei da contradição, não é que a mente seja constituída de tal modo. A crença na lei da contradição é uma crença sobre as coisas, não apenas sobre os pensamentos.
- A lei da contradição não é uma lei sobre o modo como pensamos, mas uma lei sobre o modo como as coisas são. "A lei da contradição é um fato sobre as coisas do mundo".
- "Se aquilo que acreditamos, quando acreditamos na lei de contradição, não fosse verdadeiro das coisas do mundo, o fato de nos vermos obrigados a pensar que é verdadeiro não impediria que a lei de contradição fosse falsa; e isso mostra que a lei de contradição não é uma lei do pensamento".
- Argumento similar pode ser aplicado a qualquer juízo *a priori*. Repare que Russell utiliza uma versão bastante forte do conceito de VERDADE para assentar sua crítica ao *a priori* kantiano.

Cenas dos Próximos Capítulos - O Estatuto Ontológico das Propriedades e Relações

- O conhecimento *a priori* parece referir-se a entidades que não existem nem no mundo mental nem no mundo físico. São entidades que não são designadas na linguagem por substantivos, mas por qualidades e relações.
- Quando digo que "estou em meu quarto", "eu" existe, "meu quarto" existe, mas e "em", existe? A palavra "em" denota uma relação entre mim (eu) e meu quarto. Esta relação é alguma coisa, mas não podemos dizer que ela existe no mesmo sentido em que eu e meu quarto existimos.
- A relação "em" certamente é algo que entendemos e em que podemos pensar.
- Muitos filósofos, seguindo Kant, afirmam que as relações são construções da mente. As coisas em si mesmas não manteriam relações umas com as outras, mas a mente é que as reuniria em relações em um ato do pensamento, construindo assim as relações que julga que as coisas têm.
- Mas esta opinião parece sujeita às mesmas objeções que levantamos contra o conhecimento *a priori* em Kant.
- Parece evidente que não é o pensamento que produz a verdade da proposição "Eu estou em meu quarto". Pode ser verdade que haja uma minhoca em meu quarto, mesmo que nem eu nem ninguém tenha conhecimento desta verdade.
- Veremos no próximo capítulo como colocar as relações em um mundo que não é nem mental nem físico. Este mundo tem grande importância para a filosofia, e em particular para o problema do conhecimento *a priori*.
- No próximo capítulo tentaremos explicar sua natureza e sua relação com os problemas com os quais temos nos ocupado.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 9 – O Mundo dos Universais

A Existência dos Universais

- Vimos que as relações e propriedades parecem ter uma existência que é tanto diferente da existência dos objetos físicos quanto da existência das mentes e dos dados dos sentidos.
- Qual então é a natureza desta espécie de existência em que as propriedades e relações se inserem? Quais são os objetos que têm esta espécie de existência?
- A teoria das idéias de Platão representa uma das mais bem sucedidas tentativas feitas, até aqui, para resolver este problema.
- **Russell assumirá a solução de Platão**, com apenas algumas poucas modificações.
- Consideremos a noção de justiça. Para responder o que é a justiça, é natural considerar os diversos atos justos para descobrir o que eles têm em comum.
- **A justiça seria a natureza comum encontrada em tudo o que é justo e em nada mais.**
- A justiça seria então uma **essência pura** cuja mistura com os fatos da vida ordinária produz a multiplicidade dos atos justos.
- O mesmo se dá com qualquer outra palavra que podemos aplicar aos fatos comuns, tal como "brancura".
- Esta essência pura é o que Platão chama de "*idéia*", ou "*forma*".

O Mundo da Idéias Platônico

- A idéia de justiça é diferente das coisas particulares que são justas. Ela não é particular e portanto não pode existir no mundo dos sentidos.
- Ela também não é efêmera ou mutável como os dados dos sentidos. A idéia de justiça é eternamente ela mesma, imutável e indestrutível.
- Platão foi levado assim ao **mundo supra-sensível das idéias imutáveis**, mais real que o mundo ordinário dos sentidos.
- O verdadeiro mundo real, para Platão, é o mundo das idéias, pois:
 - Tudo o que podemos dizer sobre as coisas do mundo dos sentidos, se reduz a dizer que participam destas ou daquelas idéias.
- A partir deste ponto é fácil cair em misticismo. Poderíamos alimentar a esperança de, numa iluminação mística, VER as idéias como vemos os objetos dos sentidos. Podemos imaginar que as idéias existem no céu. Mas estes misticismos não nos interessam. Importa-nos considerar os aspectos racionais e a plausibilidade desta teoria.
- Para evitar ambigüidades com as diversas acepções que o termo "idéia" adquiriu, empregaremos, em seu lugar, a palavra "**universal**" para designar aquilo a que Platão se referia.

Universais, Particulares e a Linguagem

- A essência da espécie de entidade que são os universais consiste em se opor às coisas particulares que nos são dadas na sensação.
- Chamaremos de "**particular**" a tudo o que nos é dado na sensação ou **tudo o que é da mesma natureza das coisas dadas na sensação**.
- Um **universal**, por seu turno, **pode ser comum a muitos particulares**.
- Em nossa linguagem ordinária, os **nomes próprios** e **pronomes** representam **particulares** ao passo que os **substantivos comuns**, os **adjetivos**, as **preposições** e os **verbos**

representam **universais**.

- Não é possível construir uma frase sem pelo menos uma palavra que denote um universal - (TUDO o que podemos dizer sobre as coisas do mundo dos sentidos (os particulares), se reduz a dizer que participam destas ou daquelas idéias (universais)).
- **Todas as verdades implicam universais, e todo conhecimento de verdades implica conhecimento direto de universais.**
- Quase sempre quando ouvimos uma frase, nossa atenção se volta para os particulares, mas os universais estão sempre lá.

○ **Exemplo:** "A cabeça de Carlos I foi cortada".

- Quando ouvimos esta frase pensamos em "Carlos I", "na cabeça de Carlos I" e "no ato de cortar sua cabeça". Tudo isso são particulares, e é isso que em geral capta nossa atenção.
- Mas se nos atentarmos ao que significa a palavra "cabeça" ou a palavra "cortar", veremos que são universais.

Verbos e Preposições Também Representam Universais - Crítica ao Monismo e ao Monadismo

- Os filósofos, em geral, negligenciaram os universais que são designados por verbos e preposições, tratando apenas dos universais designados por adjetivos e substantivos.
- Para Russell esta omissão foi crucial na história da filosofia. Ela tanto levou a doutrinas metafísicas "monistas" (Espinosa) ou "monadistas" (Leibniz) quanto impediu a construção de uma crítica cabal ao nominalismo. Vejamos:
- Adjetivos e substantivos comuns expressam qualidades ou propriedades de coisas singulares, enquanto preposições e verbos expressam relações entre duas ou mais coisas particulares.
- Então esta negligência levou à idéia de que toda proposição pode ser considerada como atribuindo uma propriedade a um objeto singular, ao invés de expressar uma relação entre duas ou mais coisas.
- Por isso supôs-se, em última análise, que não há entidades tais como as relações entre as coisas.
- Então de duas uma, ou não pode haver mais do que uma coisa no universo (**monismo**), ou se existirem muitas coisas, elas não podem de modo algum interagir entre si (**monadismo**).

Prova da Existência de Relações - (Semelhança)

- Ainda segundo Russell, nós não conseguimos provar a existência de entidades tais como qualidades, representadas por adjetivos e substantivos comuns, no entanto, conseguimos provar a existência de relações, que são a espécie de universal representada pelos verbos e preposições.
- Então a inclusão da consideração dos universais representados pelos verbos e preposições possibilitou a seguinte crítica ao nominalismo (a posição que defende que os universais simplesmente não existem).
- Tomemos como exemplo o universal "brancura".
- Se acreditamos neste universal, diremos que as coisas são brancas porque elas têm a qualidade da brancura.
- Hume, Berkeley e demais empiristas, no entanto, negaram esta concepção.
- Quando pensamos na brancura, disseram os empiristas, formamos uma imagem de alguma coisa branca em particular e raciocinamos sobre esta coisa particular, tomando cuidado para não deduzir algo dela que não possamos ver que é igualmente verdadeiro de qualquer outra coisa branca.
- Isso é o mesmo que os geômetras fazem quando desenham um triângulo para raciocinar

sobre todos os triângulos.

- Mas quando nos perguntamos sobre como sabemos que uma coisa é branca ou é um triângulo, esta posição dos empiristas entra em dificuldade.
- Os empiristas evitam os universais tais como a brancura ou a triangularidade escolhendo uma mancha de cor branca ou um determinado triângulo e dizendo que algo é branco ou é um triângulo quando tem a espécie exata de semelhança com os particulares que escolhemos (como em um catálogo de cores ou formas).
- Mas semelhança é uma relação que todos os pares de coisas brancas devem possuir. Portanto semelhança é um universal. Para construir este "catálogo" de propriedades precisamos ter definido o universal "semelhança".
- Poderíamos argumentar que não é necessário que haja uma única semelhança universal, que definiria a brancura ou triangularidade, mas uma para cada par de coisas brancas ou de triângulos que considerássemos.
- Mas então poderíamos questionar: o que torna cada uma destas "semelhanças" adequadas a relacionar pares de coisas como sendo brancas ou como sendo triângulos? Elas precisariam ter uma propriedade COMUM a todas as semelhanças. Não nos livraríamos, pois, da construção de um "catálogo" das próprias semelhanças que exigiria uma relação de semelhança entre semelhanças. E assim ao infinito.
- Não podemos, pois, nos livrar do reconhecimento de que a relação de semelhança deve ser um verdadeiro universal.
- Então é melhor desistirmos de complicadas teorias que evitem outros universais, como brancura ou triangularidade, já que a inteligibilidade da relação de semelhança prova que os universais devem existir.
- Porque pensavam nos universais apenas como qualidades, e não como relações, nem Berkeley, nem Hume, nem tampouco seus oponentes perceberam esta refutação da teoria da negação das "idéias abstratas" por eles defendida.
- Este é mais um ponto em favor dos racionalistas contra os empiristas.

Os Universais Não São Entidades Mentais

- Uma vez que vimos que deve haver entidades como os universais, cabe provar que a sua essência não é meramente mental. O argumento é simples.

○ Consideremos a proposição: "Natal está ao norte de São Paulo".

- Há uma relação entre dois lugares e **parece claro que a relação subsiste independentemente do conhecimento que temos dela.**
- Nós ou o **nosso conhecimento deste fato não é a causa dele ser verdadeiro.** O lugar onde Natal se situa estaria ao norte do lugar onde São Paulo se situa mesmo se não houvesse nenhum ser humano para saber o que é norte ou sul.
- Então, **nada mental é pressuposto no fato de que Natal está ao norte de São Paulo.**
- Mas note que a relação "ao norte de" presente neste fato é um universal. Como o fato não inclui nada de mental, a relação "ao norte de" também não pode ser mental. Ou seja, **os universais não são entidades mentais.** Eles não dependem do pensamento, mas pertencem ao mundo independente que o pensamento apreende mas não cria.

Qual o Sentido em que os Universais Existem?

- Mas a relação "ao norte de" não parece existir no mesmo sentido em que Natal ou São Paulo existem. Então restam as perguntas: que tipo de existência é essa que têm os universais? Onde e quando a relação "ao norte de" existe?
- Segundo Russell, os universais existem, **mas não estão em nenhum lugar e nem em nenhum tempo.**
- Tudo o que pode ser apreendido pelos sentidos ou pela introspecção existe em algum tempo

particular. Mas a relação "ao norte de" é radicalmente diferente de tais coisas. Ela não está no espaço nem no tempo, não é material nem mental. Não obstante, é alguma coisa.

- É justamente essa essência peculiar dos universais que tem levado muitos filósofos a pressupor que eles são mentais.
- Quando pensamos na brancura, a brancura, de algum modo, está na nossa mente, assim como quando pensamos em uma árvore específica, ela, de algum modo, está na nossa mente. Mas da mesma forma como não é a árvore propriamente dita que está em nossa mente, mas apenas um ato mental cujo objeto é a árvore, o mesmo se dá com a brancura. Não é o universal propriamente dito que está em nossa mente. O que está em nossa mente é apenas um ato de pensamento cujo objeto é o universal.
- Este tipo de confusão foi em grande medida propiciado pela ambigüidade da palavra "*idéia*", conforme vimos. *Idéia* tem aparecido na reflexão filosófica tanto significando o objeto de um ato de pensamento quanto significando o próprio ato de pensamento. Apenas no primeiro sentido a brancura pode ser considerada uma *idéia*, não no segundo.
 - Se considerarmos a brancura ou qualquer outro universal como mental, o privaremos de sua qualidade essencial: **a universalidade**.
 - Um ato de pensamento de um homem é diferente do ato de pensamento de outro homem, e um ato de pensamento de um homem em um determinado momento é diferente de um ato de pensamento do mesmo homem em outro momento.
 - Se a brancura fosse um ato de pensamento, dois homens diferentes não poderiam pensar nela, e ninguém poderia pensá-la duas vezes.
- O que os vários pensamentos distintos da brancura têm em comum é seu objeto, e este objeto é diferente de todos eles. Mesmo que quando conhecidos sejam objetos dos pensamentos, **os universais não são pensamentos**.

A Separação dos Mundos: Existência e Essência

- Só é conveniente falar de **coisas existentes** quando **estão no tempo**, ou seja, quando podemos indicar algum tempo em que elas existem (sem excluir a possibilidade delas existirem em todos os tempos).
- Assim, os pensamentos e os sentimentos, as mentes e os objetos físicos existem.
- Os universais, porém, não existem neste sentido; diremos que subsistem ou têm uma essência, onde "essência" se opõe a "existência" como algo eterno.
- Portanto, **o mundo dos universais pode também ser descrito como o mundo da essência**.
- *"O mundo da essência é imutável, rígido, exato, encantador para o matemático, para o lógico, para o construtor de sistemas metafísicos, e para todos os que amam a perfeição mais que a vida. O mundo da existência é fugaz, vago, sem limites definidos, sem qualquer plano ou ordenação clara, mas contém todos os pensamentos e sentimentos, todos os dados dos sentidos, e todos os objetos físicos, tudo que pode fazer bem ou mal, tudo o que faz alguma diferença para o valor da vida e do mundo. De acordo com nosso temperamento, preferiremos a contemplação de um ou de outro. Aquele dos mundos que não preferirmos provavelmente nos parecerá uma sombra pálida daquele que preferirmos, e improvavelmente digno de ser considerado, em algum sentido, como real. Mas a verdade é que ambos têm o mesmo direito à nossa atenção imparcial, ambos são reais, e ambos são importantes para o metafísico. Na realidade, assim que distinguimos os dois mundos, torna-se necessário considerar suas relações."*
- Para fazer isso, no próximo capítulo examinaremos o nosso conhecimento dos universais.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 10 – Sobre Nosso Conhecimento dos Universais

- Vimos no capítulo anterior que os universais representam as qualidades e relações que atribuímos aos particulares, que são reais e "subsistem" fora do tempo, sendo permanentes e imutáveis. Configuram o mundo da "essência" que se contrasta com o mundo dos particulares (as coisas cujo conhecimento depende da experiência), que é o mundo da "existência", pois seus objetos estão no tempo.
- Com relação ao nosso conhecimento, tanto de universais quanto de particulares, há as coisas que são conhecidas diretamente, as que são conhecidas por descrição e as que são desconhecidas.

HÁ CONHECIMENTO IMEDIATO (DIRETO) DE UNIVERSAIS

- **QUALIDADES SENSÍVEIS** : conhecemos diretamente universais como o branco, o vermelho, o doce, o amargo, o macio, ...
 - Estes universais são *qualidades sensíveis*: após vermos muitas manchas brancas, apreendemos a abstrair a brancura que as manchas brancas têm em comum.
 - O conhecimento da brancura é apenas "propiciado" pelo conhecimento de manchas brancas, mas não depende dela.
 - Uma vez que é apreendido, nenhum conhecimento particular pode modificá-lo. As novas manchas brancas que eu possa vir a conhecer não melhoram nem pioram meu conhecimento da brancura.
 - O conhecimento do universal brancura é, pois, direto. E o mesmo se dá com todas as outras qualidades sensíveis.
- **RELAÇÕES TEMPORAIS E ESPACIAIS** : são relações entre as partes de um único dado dos sentidos complexo.
 - Percebo a tela de meu computador em um relance, como um único dado dos sentidos, mas percebo que certa janela está à esquerda de outra.
 - Este mesmo tipo de relação "estar a esquerda" eu também percebo em outros dados dos sentidos. Através de uma abstração da percepção de muitos particulares que apreendo a relação "estar a esquerda", como no caso da brancura.
 - O mesmo se dá com as relações temporais de "antes" e "depois".
- **RELAÇÃO DE SEMELHANÇA** :
 - Se vejo três cores simultaneamente, dois matizes de verde e um de vermelho, posso ver que os verdes se assemelham entre si. Já o vermelho é menos semelhante aos outros dois.
 - Adquiro, pois, conhecimento direto do universal semelhança.
- **RELAÇÕES ENTRE UNIVERSAIS**
- Vimos que há uma maior semelhança entre dois matizes de verde do que entre um matiz de verde e um vermelho.
- Então a relação "maior que", neste caso, está sendo aplicada ao universal semelhança. Então:
 1. Há universais que qualificam e relacionam outros universais.
 2. Alguns destes universais são conhecidos diretamente (a relação "maior que" em relação à relação de "semelhança")

TODO CONHECIMENTO A PRIORI SE REFERE EXCLUSIVAMENTE ÀS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSAIS

- Podemos agora explicar um pouco mais o conhecimento a priori. A proposição "dois e dois são

quatro" é conhecida a priori e expressa uma relação entre o universal "dois" e o universal "quatro".

- Ela nos sugere a seguinte postura sobre o conhecimento a priori:
- **Todo conhecimento a priori se refere exclusivamente às relações entre universais.**
- Esta proposição poderia parecer falsa sobre proposições a priori que se referem a "todos os particulares de determinada classe". Por exemplo:
 - "Qualquer coleção formada de dois dois é uma coleção de quatro".
- Parece que esta proposição a priori se refere a particulares (cada um dos pares de coisas).
- Para defender nossa posição de que conhecimento a priori se refere exclusivamente às relações entre universais temos de mostrar que proposições como a acima, na verdade, não se referem aos particulares, os pares de coisas, mas aos universais, os números dois e quatro.
- Mas como podemos saber ao que se refere uma proposição?

Uma Teoria do Significado

- Uma maneira, segundo Russell, é nos perguntarmos sobre que palavras devemos entender a fim de compreender o que a proposição significa.
- Ao identificar as **palavras que temos que entender** para compreender o significado de uma proposição, estamos identificando, segundo Russell, os **objetos que devemos conhecer diretamente** a fim de compreender o que a proposição significa.
- Em outras palavras, para Russell, *o significado de uma proposição nos é dado quando temos o conhecimento direto de tudo o que é realmente referido pela proposição.*
- Então, como compreendemos a proposição "qualquer coleção formada de dois dois é uma coleção de quatro" e, evidentemente, não temos conhecimento direto de todas as coleções de pares (duas coisas), visto que há uma quantidade infinita de pares, então o que realmente é referido por esta proposição e nos dá o seu significado não são os pares particulares de coisas, mas os universais **dois** e **quatro**.
- Com esta teoria do significado e este teste, Russell defende então a posição de que *"todo conhecimento a priori se refere exclusivamente às relações entre universais"*.
- É pois um fato, que descobrimos ao refletir sobre o nosso conhecimento, que temos, às vezes, o poder de perceber relações entre os universais e, portanto, conhecer proposições gerais a priori, tais como as da aritmética e da lógica.

Não há Conhecimento a Priori de fatos Empíricos

- Com tal definição do conhecimento a priori, percebemos que nenhum fato sobre algo suscetível de ser experimentado pode ser conhecido independentemente da experiência.
- Sabemos a priori que duas coisas e duas outras coisas juntas somam quatro coisas. Mas não sabemos a priori que se Brown e Jones são dois e Robinsons e Smith são dois, então Brown, Jones, Robinson e Smith são quatro.
 - Isso porque esta proposição não pode ser entendida a menos que saibamos que existem pessoas e só podemos saber isso por meio da experiência.

Diferença entre Juízo a Priori e Generalização Empírica

- Vejamos a diferença entre um juízo a priori genuíno e uma generalização empírica, tal como "todos os homens são mortais".
- Podemos compreender o que a proposição significa quando compreendemos os universais envolvidos HOMEM e MORTAL.
- Não há necessidade de que conheçamos todos os indivíduos humanos para entender o que a proposição significa.

- Então, o que diferencia uma proposição geral a priori de uma generalização universal não é o significado da proposição, mas a natureza de sua evidência.
- A evidência para a proposição empírica é dada pelos casos particulares.
 - Acreditamos que os homens são mortais porque conhecemos inúmeros casos de homens que morreram e nenhum caso de alguém que tenha vivido mais de 200 anos.
- Já com relação às proposições gerais a priori, elas também estabelecem relações entre universais, mas sua evidência não vem da experiência, mas sim dos próprios universais.
 - Nenhuma experiência possível pode modificar o conhecimento a priori que tenho de que o branco é mais claro que o cinza.
- Apesar disso, se conhecemos muitos casos particulares, eles podem fornecer indícios, pistas, para uma proposição geral a priori. Mas estes indícios jamais serão evidência para o conhecimento da proposição geral a priori.
 - Podemos, por exemplo, verificar que a soma dos ângulos internos de vários triângulos específicos é 180 graus e daí chegamos à proposição geral "a soma dos ângulos internos de qualquer triângulo é 180 graus".
 - No entanto, sabemos com certeza que a proposição acima é verdadeira. Com uma certeza maior do que qualquer inferência indutiva poderia nos dar. Sabemos disso pois temos, através de uma prova matemática, a explicitação da relação a priori que existe entre os universais envolvidos na proposição.

Conhecemos Algumas Proposições Gerais a Priori para as quais não Há Exemplos Particulares

- Há alguns outros casos, filosoficamente mais interessantes, em que conhecemos uma proposição geral a priori, mas não conhecemos nem um único exemplo seu.
 - **Exemplo:** sabemos que todos os pares de números inteiros cujo produto é inferior a 100 foram efetivamente multiplicados entre si (tabuada).
- Sabemos também que a quantidade de números inteiros é infinita, e que apenas um número finito de pares de números inteiros foi ou será pensado pelos homens.
- Então, **existem pares de números inteiros que nunca foram nem nunca serão pensados pelos seres humanos**, e que todos se compõem de números inteiros cujo produto é superior a 100.
- Assim, chegamos à seguinte proposição:

■ "Todos os produtos de dois números inteiros, que nunca foram, nem nunca serão pensados por qualquer ser humano são superiores a 100".

- Esta é uma proposição geral cuja verdade é inegável e, contudo, pela própria natureza do caso, nunca poderemos oferecer um exemplo, pois quaisquer dois números que pensarmos serão excluídos pelos termos da proposição, pois não mais serão números que "nunca serão pensados".
- Um outro exemplo deste tipo de proposição a priori é a lei da inércia:
 - "Quando a resultante das forças que atuam sobre um corpo for nula, esse corpo permanecerá em repouso ou em movimento retilíneo uniforme".
- O conhecimento deste tipo de proposição geral é absolutamente vital para uma grande parte do que se admite geralmente como conhecido.

Não temos Conhecimento Direto dos Objetos Físicos

- O conhecimento dos objetos físicos, em oposição ao conhecimento dos dados dos sentidos, é obtido apenas por inferência.
- Os objetos físicos não são coisas das quais temos um conhecimento direto.

- Então nunca poderemos conhecer uma proposição da forma "este é um objeto físico", onde "este" seja algo imediatamente conhecido.
- Logo, **todo nosso conhecimento sobre objetos físicos é de tal natureza que não podemos dar nenhum exemplo efetivo.**
- Podemos dar exemplo dos dados dos sentidos associados, mas não podemos dar exemplos dos objetos físicos efetivos. E o mesmo se aplica ao nosso conhecimento das mentes de outras pessoas.

RESUMO: VISÃO GERAL DAS FONTES DE NOSSO CONHECIMENTO:

- Distinção básica entre **conhecimento de coisas** e **conhecimento de verdades**.
- **CONHECIMENTO DE VERDADES**: tipo de conhecimento que aplica-se às nossas crenças e convicções (aos juízos). É oposto ao erro. O que sabemos é verdadeiro. Este sentido de **conhecer** é sinônimo de **saber**.
 - **Exemplo 1**: conheço (sei) que "a primeira capital do Brasil foi Salvador".
 - **Exemplo 2**: conheço (sei) que "2 e 2 são 4".
- **CONHECIMENTO DE COISAS**: tipo de conhecimento que aplica-se às coisas mesmos e não aos juízos (crenças ou convicções). É o conhecimento que temos dos dados dos sentidos ou dos universais. Este sentido de conhecer é sinônimo de **ter contato**.
 - **Exemplo 1**: conheço o gato de Alice.
 - **Exemplo 2**: conheço o número sete.
- Cada um destes dois tipos de conhecimento tem **duas espécies**, uma **imediate** e uma **derivada**.
- **CONHECIMENTO IMEDIATO DE COISAS - (conhecimento direto)**: pode ser de particulares ou de universais.
- **CONHECIMENTO IMEDIATO DE COISAS PARTICULARES (CONHECIMENTO DIRETO DE PARTICULARES)**: dentre os particulares, temos conhecimento direto dos *dados dos sentidos* e (provavelmente) de *nós mesmos*.
 - **Exemplo**: conheço a cor da camisa que estou vestindo.
- **CONHECIMENTO IMEDIATO DE COISAS UNIVERSAIS (CONHECIMENTO DIRETO DE UNIVERSAIS)**: não há um princípio pelo qual podemos decidir o que pode ser conhecido diretamente, mas, entre os universais de que temos conhecimento direto estão: as *qualidades sensíveis*, as *relações espaciais e temporais*, a *semelhança* e certos *universais lógicos abstratos*.
 - **Exemplo 1** (qualidade sensível): conheço de modo imediato a cor verde-limão.
 - **Exemplo 2** (relações espaciais e temporais): conheço de modo imediato as relações "estar à esquerda de" e "ocorrer antes de".
 - **Exemplo 3** (semelhança): conheço de modo imediato a relação "ser semelhante a".
 - **Exemplo 4** (universais lógicos abstratos): conheço de modo imediato o conceito de "número".
- **CONHECIMENTO IMEDIATO DE VERDADES (conhecimento intuitivo)**: conhecemos certas verdades "evidentes por si". Dentre elas estão as que afirmam o que é dado nos sentidos (*estou vendo a cor verde-limão*) e certos princípios lógicos e aritméticos abstratos (*qualquer coisa implicada por uma proposição verdadeira é verdadeira* ou *há infinitos números naturais*) e, com menor certeza, certas proposições éticas (*o conhecimento é um bem*).
- **CONHECIMENTO DERIVADO DE VERDADES**: compreende tudo o que podemos deduzir das verdades evidentes por si mediante o uso de princípios dedutivos evidentes por si. (*a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180 graus* e *limões são frutas azedas* e *este limão é azedo*)

- Então, todo nosso conhecimento de verdades depende de nosso conhecimento intuitivo. Precisamos então estudar melhor o conhecimento intuitivo, e o faremos no próximo capítulo.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 11 – Sobre o Conhecimento Intuitivo

Conhecemos Intuitivamente Princípios Gerais Auto-evidentes

- Muitos consideram que uma crença para a qual não se pode dar uma razão é uma crença irracional. No essencial esta é uma opinião correta.
- Mas para qualquer razão que dermos a uma crença, sempre poderemos nos perguntar pela razão de crermos nesta razão (ela também uma crença). E se continuarmos insistindo, logo chegará um momento em que não poderemos dar razão alguma para algumas de nossas crenças.
- Se, por exemplo, nos perguntarmos sobre a razão que temos para acreditar que nossa próxima refeição não se converterá em veneno, podemos dar alguns passos explicativos que logo nos levarão ao princípio geral de indução, para o qual não há maneira de reduzi-lo a coisas mais evidentes. O consideramos auto-evidente.
- Usamos o princípio de indução como justificativa para nossas crenças a todo momento, na maioria das vezes inconscientemente. No entanto, não há um princípio mais simples, evidente por si, que justifique o princípio de indução.
- O mesmo vale para os demais princípios lógicos. Sua verdade é auto-evidente e são empregados a todo momento para construir demonstrações e justificar nossas crenças.
- O princípio de indução e alguns princípios lógicos não são suscetíveis de demonstração. São auto-evidentes e correspondem a um dos tipos de coisas das quais temos conhecimento intuitivo.

Uma Aplicação de um Princípio Geral é Mais Evidente que o Próprio Princípio, mas não é Auto-Evidente

- Em termos de evidência, os exemplos de aplicações de princípios gerais são, em geral, mais evidentes que os próprios princípios.
- Por exemplo, o princípio da não-contradição estabelece que nada pode, ao mesmo tempo, ter e não ter uma determinada propriedade.
- Bem compreendido, este é um princípio auto-evidente, mas não é tão evidente como o fato de que uma rosa particular que vemos não pode ser, ao mesmo tempo, toda vermelha e toda não vermelha.
- É através de exemplos particulares que chegamos a perceber os princípios gerais, mas são os princípios gerais que explicam (justificam) os casos particulares. Os casos particulares são evidentes, mas os princípios gerais são auto-evidentes.

Conhecemos Intuitivamente as Verdades da Percepção

- Outra espécie de verdades evidentes são as verdades da percepção, que derivam de modo imediato da sensação.
- Os dados dos sentidos presentes não são nem verdadeiros nem falsos. Por exemplo, uma mancha particular de cor que estou vendo não é nem verdadeira nem falsa. Simplesmente existe.
- É verdade que a mancha existe; verdade que tem certa tonalidade e grau de brilho; verdade que está cercada de outras cores. Mas a própria mancha, como todas as outras coisas do mundo dos sentidos é de uma espécie radicalmente diferente das coisas que são verdadeiras ou falsas.
- Concluimos que todas as verdades evidentes que podemos obter dos nossos sentidos devem ser diferentes dos próprios dados dos sentidos.

Conhecemos Intuitivamente os Juízos da Memória

- Os juízos da memória configuram outra classe de juízos intuitivos. São análogos aos dos dados dos sentidos, mas completamente distintos deles.
- Apesar da memória de um objeto poder estar acompanhada de uma imagem do objeto, esta imagem não constitui a memória.
- Isso porque a imagem que fazemos de um objeto recordado está no momento presente da recordação, enquanto que o objeto da recordação sabemos estar no passado.
- Além disso, somos muitas vezes capazes de comparar nossas imagens com os objetos recordados, e podemos saber, dentro de certos limites, até que ponto nossa imagem é fiel.
 - Por exemplo, mediante um esforço de memória obtenho, presentemente, uma imagem de meu **primeiro beijo**. E ao mesmo tempo que tenho esta imagem, sei que ela não é muito fiel. Carece de muitos detalhes. Não sei precisar, por exemplo, a cor da camisa que eu usava, nem muitas outras coisas.
- Consigo avaliar o grau de fidelidade das imagens de minhas memórias. Isso só é possível porque, de algum modo, os objetos de minha memória estão presentes em minha mente.
- **A essência da memória não se constitui da imagem imperfeita, mas da presença imediata à mente de um objeto que reconhecemos como passado.**
- É esta concepção da memória que nos permite conceber e experimentar sensação de passado.

Como Explicar a Falsa Memória?

- Mas há uma dificuldade. Como explicar a falsa memória? A memória é suscetível a erros e isso lança dúvida sobre a confiança que podemos ter nos juízos intuitivos em geral.
- Podemos dizer que a memória é digna de confiança na mesma proporção da vivacidade da experiência e de sua proximidade no tempo.
 - Repassando o dia de ontem, constato coisas das quais estou absolutamente certo, outras coisas das quais estou quase certo, e outras coisas cuja certeza posso adquirir pelo pensamento e pelas circunstâncias, e certas coisas das quais não estou certo de modo algum.
- Há pois uma **gradação contínua no grau de auto-evidência** do que eu recordo, e uma correspondente gradação na confiança que a minha memória merece. Esta é pois uma primeira resposta à dificuldade sobre a falsa memória.
- Mas parece haver alguns casos de uma crença muito firme numa memória que é completamente falsa. Como explicar estes casos?
- Russell diz que é possível que, nestes casos, aquilo de que realmente nos recordamos no sentido de o termos imediatamente acessível à mente, é algo distinto do que falsamente cremos, embora seja algo geralmente associado com ele.
- De tanto George IV afirmar que esteve na batalha de Waterloo, acabou acreditando nisso. Neste caso, o que recordava não eram os eventos da batalha, mas sua afirmação reiterada de que lá esteve.
- Russell afirma que todos os casos de falsa memória podem ser tratados deste modo.

Há Diferentes Graus de Auto-Evidência para o nosso Conhecimento Intuitivo

- O caso da memória nos ajuda a esclarecer um ponto importante sobre a auto-evidência: há graus de auto-evidência.
- Auto-evidência não é uma qualidade que simplesmente está presente ou ausente, mas pode estar mais ou menos presente, em graus que vão da certeza absoluta a uma suspeita quase imperceptível.
 - As verdades da percepção e alguns princípios da lógica têm os mais altos graus de auto

evidência.

- Verdades da memória imediata tem um grau quase tão alto quanto.
- O princípio de indução tem uma auto-evidência menor que alguns dos outros princípios da lógica, tais como MP: o que se segue de uma premissa verdadeira deve ser verdadeiro.
- As memórias perdem auto-evidência na medida em que se tornam mais remotas e mais fracas.
- As verdades da lógica e matemática têm menos auto-evidência conforme se tornam mais complicadas.
- Julgamentos de valor ético ou estético intrínseco têm alguma auto-evidência, mas não muita.

Conexão entre Auto-evidência e Verdade

- A noção de graus de auto-evidência é importante para a teoria do conhecimento, pois se as proposições podem (como parece ser o caso) ter algum grau de auto-evidência sem serem verdadeiras, podemos apelar para a noção de grau de auto-evidência para resolver este conflito sem abandonar por completo a conexão entre auto-evidência e verdade.
 - Basta considerarmos que onde haja um conflito, a proposição mais auto-evidente deve ser mantida e a menos auto-evidente deve ser rejeitada.
- Pode ser, no entanto, que haja de fato duas noções distintas que estamos aqui rotulando como "auto-evidência". Uma delas corresponderia à auto-evidência no mais alto grau, sendo de fato uma garantia infalível da verdade, enquanto que a outra noção corresponderia a todos os outros graus de auto-evidência, que não dão uma garantia infalível da verdade, mas apenas suportam uma maior ou menor presunção da verdade.
- Isto é apenas uma sugestão que ainda não temos como desenvolver mais amplamente.
- Vamos a seguir, no próximo capítulo, tratar da natureza da verdade e em seguida retornaremos ao tema da auto-evidência em conexão com a distinção entre conhecimento e erro.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 12 – Verdade e Falsidade

Não Há Erro no Conhecimento Direto, só no de Verdades

- Nosso conhecimento de verdades tem um contrário, o erro. Já, com relação ao nosso conhecimento direto (acquaintance - familiaridade) de coisas, o erro não é possível.
- Tudo com o que temos familiaridade (conhecemos diretamente) deve ser algo.
- Posso até fazer inferências falsas a partir de meu conhecimento direto, mas o próprio conhecimento direto não pode ser enganoso.
- Já com relação ao conhecimento de verdades, podemos crer no falso como verdadeiro.
- Sobre muitos assuntos diversos as pessoas sustentam opiniões diferentes e incompatíveis, portanto, algumas de suas crenças devem ser falsas.

Entender o que é a Verdade é Diferente de Reconhecê-la

- Mas, como nossas crenças falsas são sustentadas por nós tal qual nossas crenças verdadeiras, torna-se um problema saber como distinguir as crenças falsas das verdadeiras.
- Como saber em um dado caso que nossa crença não é falsa?
- Esta é uma questão MUITO difícil, para a qual jamais haverá uma resposta completamente satisfatória.
- Mas há uma outra questão, relacionada a esta, que vamos abordar aqui neste capítulo:
- Que entendemos por verdadeiro e falso?
- Então nossa pergunta não é como saber se uma crença é verdadeira ou falsa, mas o que significa questionar a respeito da verdade ou falsidade de uma crença.
- Queremos responder "O que é a verdade?", "O que é a falsidade?", mas não pretendemos responder aqui: "Quais as nossas crenças que são falsas?".

Requisitos para Qualquer Teoria da Verdade

- Três requisitos fundamentais a serem observados por qualquer teoria sobre a natureza da verdade:
 1. Nossa teoria da verdade deve ser tal que admita o seu oposto, a falsidade.
 2. Verdade e falsidade são propriedades das crenças e dos enunciados. Sem crenças nem enunciados não há verdade nem falsidade. Num mundo de pura matéria haveria fatos, mas não haveria espaço para a falsidade, e por extensão, tampouco para a verdade.
 3. A verdade ou falsidade de uma crença sempre depende de alguma coisa externa à própria crença.

A Verdade é Correspondência entre Crença e Fato

- Se acredito que Carlos I morreu enforcado, minha crença é verdadeira, e se acredito que morreu no leito, minha crença é falsa, e isso não por causa de nenhuma qualidade intrínseca de minha crença. A justificativa para a verdade ou falsidade de minha crença está em um evento histórico ocorrido há três séculos e meio.
- Nenhum grau de vivacidade ou de cuidado em alcançar a crença de que Carlos I morreu em seu leito impedirão que ela seja falsa.
- Então, de acordo com o terceiro requisito, a verdade consiste em uma forma de correspondência entre crença e fato.

Seria a Verdade apenas Coerência?

- Mas se a verdade consiste em uma correspondência entre o pensamento e algo exterior ao pensamento, então o próprio pensamento nunca poderia saber quando a verdade é alcançada.
- Este argumento tem levado muitos filósofos a tentar encontrar uma definição de verdade que não consista na relação com algo completamente exterior à crença.
- A mais importante destas tentativas é a teoria segundo a qual a verdade consiste na coerência.

○ Diz-se que o indício da falsidade é sua não coerência com o corpo de nossas crenças, e que a essência da verdade é sua adequação como parte do sistema completo de nossas crenças, que é A Verdade.

Duas Críticas ao Coerentismo

- Há duas grandes dificuldades nesta concepção coerentista da verdade:

1. Não existe razão alguma para supor que apenas um corpo coerente de crenças é possível.

- Um romancista pode inventar um passado para o mundo perfeitamente compatível com o que conhecemos e, não obstante, completamente diferente do passado real.
- Tanto em ciência, quanto em filosofia, é possível que hipóteses rivais distintas expliquem os mesmos fatos.
- A coerência como definição de verdade falha por não conseguir, nestes casos, decidir sobre qual é a alternativa verdadeira.

2. A outra objeção é que esta definição supõe que sabemos o significado de "coerência". Mas, na realidade, a noção de coerência pressupõe a "verdade" das leis da lógica.

- Duas proposições são coerentes quando é possível que ambas sejam verdadeiras. E são incoerentes quando pelos menos uma deve ser falsa.
- Mas para sabermos se duas proposições podem ser ambas verdadeiras devemos conhecer verdades como a **lei de contradição**.
- As proposições "esta árvore é um limoeiro" e "esta árvore não é um limoeiro" não são coerentes, por causa da lei de contradição.
- Mas se submetemos ao teste da coerência a própria lei de contradição, então se escolhêssemos supô-la falsa, não poderíamos mais falar de incoerência entre diversas coisas.
- Assim, as leis da lógica proporcionam a estrutura para a aplicação do teste da coerência e, elas mesmas, não podem ser estabelecidas por este teste.
- Por (1) e (2) devemos rejeitar a idéia de que é a coerência o que fornece o significado da verdade.

A Natureza da Correspondência: 8 Passos da Teoria

- É pois a correspondência com o fato que constitui a natureza da verdade. Mas o que, precisamente, é um fato? Qual a natureza da correspondência que deve existir entre a crença e o fato a fim de que ela seja considerada verdadeira?
- Seguindo os três requisitos anteriores, nossa teoria deve:
 1. admitir que a verdade tem um oposto, a falsidade;
 2. tornar a verdade uma propriedade das crenças;
 3. e que esta propriedade das crenças (a verdade) dependa da relação das crenças com as coisas exteriores.

1. Crença Não é Relação da Mente com um Objeto Simples

- A necessidade de admitir a falsidade torna impossível considerar a crença como uma relação da mente com um objeto simples, do qual se pode dizer que é o que se acredita. Vejamos porque em um exemplo:
 - "Otelo crê falsamente que Desdêmona ama Cássio".
- Esta crença não consiste em uma relação com um objeto simples "o amor de Desdêmona por Cássio", pois se este objeto existisse, a crença seria verdadeira.
- Como a crença é falsa, não existe este tal objeto "o amor de Desdêmona por Cássio", e portanto Otelo não pode ter qualquer relação com ele.

2. Crença é Relação que Envolve Mais de Dois Termos

- Para entendermos as crenças e os conceitos de verdade e falsidade, precisamos notar que existem relações complexas que envolvem mais de dois termos.
 - A relação "estar entre" relaciona três termos: "Salvador está entre Natal e Porto Alegre" -relaciona três lugares.
 - "A deseja que B celebre o casamento de C com D" relaciona quatro termos.
- Uma relação complexa, com mais de dois termos é o que ocorre numa crença.
- Assim, o juízo ou crença de Otelo de que Desdêmona ama Cássio é uma relação (denominada "acreditar) que envolve quatro termos: "Otelo", "Desdêmona", "o amor", "Cássio" e "Otelo".

■ O que denominamos crença ou juízo não é outra coisa a não ser esta relação de acreditar ou julgar, que relaciona uma mente com várias coisas diferentes dela mesma.

- Um **ato de crença ou de juízo** é a ocorrência em algum tempo particular de certos termos em uma relação de acreditar ou julgar.
- Esclarecido o que é uma crença ou juízo, podemos agora entender o que distingue um juízo verdadeiro de um juízo falso.

3. Os Componentes de Qualquer Crença

- Precisamos de algumas definições.
- Em todo ato de juízo há uma mente que julga e os termos sobre os quais ela julga.
- A mente que julga é o **sujeito** do juízo, e os termos restantes são os **objetos**.
- EM nosso exemplo, *Otelo* é o sujeito enquanto que *Desdêmona*, *o amor* e *Cássio* são os objetos.
- O sujeito e os objetos são denominados de **constituintes** do juízo.

4. Ordem e Direção da Relação de Crença

- A relação de julgar (acreditar) tem um **sentido** ou **direção**. Ela coloca os objetos em uma certa **ordem**:
 - Julgar que Cássio ama Desdêmona é bem diferente de julgar que Desdêmona ama Cássio. As partes destes dois juízos são as mesmas, o que muda é apenas sua *ordem*.
- Ter uma ordem ou sentido não é privilégio da relação de julgar, mas é algo comum a TODAS as relações.
- Também não é específico da relação "julgar" ou "acreditar" o fato dela envolver seus constituintes num todo complexo. Todas as relações fazem isso. Se João ama Maria, existe um todo complexo como "o amor de João por Maria".

5. Entre os objetos da Relação Crença Sempre Há uma Relação

- Os termos unidos pela relação podem ser, eles mesmos, complexos ou simples, mas a totalidade que resulta de sua união deve ser complexa.
- Quando ocorre um ato de acreditar, existe um complexo no qual "acreditar" é a relação unitiva, e o sujeito e os objetos são colocados numa certa ordem por meio do "sentido" da relação de acreditar.
- Um dos objetos da relação de acreditar deve ser ele próprio uma relação. Em nosso exemplo: *amar*.
- Mas no ato de acreditar, não é a relação de amar que cria a unidade do todo complexo. Ela é apenas um dos objetos, um tijolo na estrutura da crença, não o cimento. O cimento é a relação acreditar.

6. Definindo Verdade de Falsidade

- Quando a crença é verdadeira, há além da unidade complexa que é a crença, outra unidade complexa, entre os objetos da relação de crença.
- Se é verdade que Desdêmona ama Cássio e Otelo acredita nisso, então além da unidade complexa da crença, existe outra unidade complexa - o amor de Desdêmona por Cássio - que se compõe exclusivamente dos objetos da crença, e na mesma ordem da crença.
- Por outro lado, se é falso que Desdêmona ama Cássio, e Otelo acredita nesta falsidade, não existe tal unidade complexa composta apenas dos objetos da crença.

■ **Portanto, uma crença é verdadeira quando ela corresponde a um determinado complexo associado, e falsa quando não corresponde.**

- Esta é a definição da verdade e da falsidade que estávamos buscando.

○ "Julgar ou acreditar é uma determinada unidade complexa da qual a mente é um elemento constitutivo; se os demais elementos, tomados na ordem em que aparecem na crença, formam uma unidade complexa, então a crença é verdadeira; senão, é falsa."

7. As Condições para a Verdade ou Falsidade não são Mentais

- Embora verdade e falsidade sejam propriedades das crenças, as condições de sua ocorrência são extrínsecas às próprias crenças.

○ "Uma mente que acredita, acredita de modo verdadeiro quando existe um complexo correspondente que não inclui a mente, mas apenas seus objetos. Esta correspondência assegura a verdade, e sua ausência acarreta falsidade."

- Então:

(a) as crenças dependem da mente para a sua existência;
(b) as crenças não dependem da mente para a sua verdade.

8. Fato Correspondente à Crença

- Consideremos a crença: "Otelo acredita que Desdêmona ama Cássio".
- Denominaremos Desdêmona e Cássio de **termos-objetos** e amar de **relação-objeto**.
- Se existe uma unidade complexa "o amor de Desdêmona por Cássio", constituída pelos termos-objetos envolvidos pela relação-objeto na mesma ordem que têm na crença, então esta unidade complexa é denominada de **fato correspondente à crença**. Assim:

■ Uma crença é verdadeira quando há um fato correspondente, e é falsa quando não há fato correspondente.

- A mente não cria verdade ou falsidade, cria crenças. A mente não pode tornar suas crenças verdadeiras ou falsas (exceto em casos excepcionais). O que torna uma crença verdadeira é um fato, e este fato não envolve de modo algum (exceto em casos excepcionais) a mente da pessoa que tem a crença.
- Tendo determinado o que entendemos por verdade e falsidade, cabe agora considerar a questão mais difícil sobre que maneiras existem de saber se esta ou aquela crença é verdadeira ou falsa. Faremos isso no próximo capítulo.

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 13 – Conhecimento, Erro e Opinião Provável

O Que é o Conhecimento?

- É muito mais importante saber distinguir aquilo que é verdadeiro daquilo que é falso do que defender uma posição sobre o que é a verdade e o que é a falsidade.
- Mas antes de nos dedicarmos a esta distinção, precisamos entender o que é conhecimento.
- **CONHECIMENTO NÃO É MERAMENTE CRENÇA VERDADEIRA:**
 - Se acredito que o primeiro nome do presidente do Brasil em 2010 começa com “L” tenho uma crença verdadeira, mas esta crença não corresponde a nenhum conhecimento caso eu acredite nela porque penso que o primeiro nome do presidente é “Lula”, visto que seu primeiro nome é “Luís”.
 - Uma crença verdadeira deduzida de premissas falsas ou de um argumento falacioso, também não pode se configurar em conhecimento.
 - Se **sei** que *todos os gregos são homens* e que *Sócrates é homem*, e daí infiro que *Sócrates é grego*, mesmo que seja verdadeira esta minha crença, não posso dizer que SEI que Sócrates é grego, pois esta crença está baseada em um erro meu. Este argumento é falacioso.
 - Da mesma forma, se **acredito** falsamente que *tudo que reluz é feito ouro* e se sei que *minha medalha reluz* e daí infiro que *minha medalha é feita de ouro*, não se pode dizer que eu saiba que minha medalha é feita de ouro, pois esta minha crença está baseada em um argumento no qual uma das premissas é falsa.
 - Portanto conhecimento não pode ser identificado meramente com crença verdadeira.

Uma Definição Provisória para o Conhecimento

- O conhecimento é o que é validamente deduzido de premissas conhecidas.
 - Mas esta definição é obviamente circular, pois sua inteligibilidade depende de que entendamos o que significa "premissa conhecida", o que exige que já entendamos o que seja conhecimento.
- Então esta definição nos dá apenas o que chamamos de **conhecimento derivado** em oposição ao conhecimento intuitivo. Assim,
 - **CONHECIMENTO DERIVADO:** é o que é validamente deduzido de premissas conhecidas.
- Mas o que é o Conhecimento Intuitivo? Deixemos, por hora esta questão de lado.
- **Incompleto!!! Completar As Notas!!!**

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 14 – Os Limites do Conhecimento Filosófico

- Dogmas fundamentais da religião
- Racionalidade essencial do universo
- Caráter ilusório da matéria
- Irrealidade do mal

- Mostrar como as provas apresentadas segundo às quais tais coisas devem existir e tais outras não, são incapazes de sobreviver a um exame crítico.

- HEGEL (1770 - 1831): qualquer parte do Todo é evidentemente fragmentária e obviamente incapaz de existir sem o complemento fornecido pelo resto do mundo.

- O metafísico trabalha como o anatomista que a partir de um único osso vê a classe de animal a que o osso pertenceu. O metafísico vê a realidade como um todo a partir de um fragmento da realidade.

- A incompletude dos fragmentos está tanto no mundo do pensamento quanto no mundo das coisas.

- PRESSUPOSTO DE HEGEL: o que é incompleto não pode subsistir por si, mas necessita do apoio de outras coisas para poder existir.

- NATUREZA de uma coisa: todas as verdades sobre a coisa.

- Disso decorre que uma COISA pode ser conhecida sem que sua natureza seja conhecida (ou totalmente conhecida).

- O conhecimento direto de uma coisa (em oposição ao conhecimento de verdades sobre a coisa) não implica o conhecimento de sua natureza no sentido acima descrito.

- Se não sou dentista, conheço apenas diretamente minha dor de dentes. Não tenho conhecimento de suas causas, nem de suas relações. Não conheço verdades sobre ela, apenas a conheço diretamente. Então não conheço sua natureza (no sentido acima). O dentista, que não a conhece diretamente, pode conhecer suas causas e relações, e sua natureza. Eu não.

- Sem estudar odontologia, apenas conhecendo exatamente o que é a minha dor de dentes eu jamais terei acesso à sua natureza. Portanto, PELO SIMPLES FATO DE UMA COISA SER O QUE É NÃO PODEMOS DEDUZIR QUE DEVA TER AS VÁRIAS RELAÇÕES QUE DE FATO TEM.

- O fato de uma coisa ter relações não prova que estas relações sejam logicamente necessárias.

- Segue-se que não podemos provar que o universo como um todo forma um único sistema

harmonioso tal como Hegel acredita que ele forma.

- Então também não podemos provar a irrealidade do espaço e do tempo, da matéria e do mal.
- **Somos abandonados à investigação fragmentária do mundo. Incapazes de conhecer as características daquelas partes do universo que são remotas à nossa experiência.**
- A maioria das contradições a que os metafísicos chegam quando querem provar a irrealidade de algo são ilusórias. Muito pouco pode ser provado a priori a partir de considerações sobre o que deve ser.
- **Espaço e Tempo**
- Contra as aparentes extensão e divisibilidade infinitas de espaço e tempo, alguns filósofos têm apresentado argumentos que tendem a mostrar que não pode haver conjuntos infinitos de coisas, e que, portanto, o número de pontos do espaço, ou de instantes no tempo, deve ser finito. Isso leva a uma contradição entre a natureza aparente do espaço e do tempo, e a suposta impossibilidade de conjuntos infinitos.
- Matemáticos, como Georg Cantor revelaram que a impossibilidade de conjuntos infinitos era um equívoco. Eles não são contraditórios, apenas contradizem certos PRECONCEITOS MENTAIS obstinados.
- Alguns axiomas de Euclides que ao senso comum soam como necessários, o fazem apenas em virtude de nossa familiaridade com o espaço real, e não por nenhum fundamento lógico, a priori. Imaginando mundos em que estes axiomas são falsos, os matemáticos têm empregado a lógica para desfazer os preconceitos do senso comum e mostrar a possibilidade de espaços diferentes deste em que vivemos.
- A situação se inverteu. Se antes a lógica era usada para demonstrar a impossibilidade do único espaço que a experiência permitia, agora a lógica apresenta vários tipos de espaços como possíveis, independentemente da experiência.
- Enquanto nosso conhecimento do que é tem se tornado menor, do que inicialmente se imaginou, nosso conhecimento do que pode ser aumentou muito.
- Não estamos encerrados em muros estreitos, em que todos os recantos podem ser explorados. Nos achamos num mundo aberto, de livres possibilidades, no qual muito permanece desconhecido porque existe muito para se conhecer.
- Antes de ser um obstáculo às possibilidades, a lógica converteu-se na grande libertadora da imaginação, apresentando inúmeras alternativas que estão fechadas ao senso comum irreflexivo, e deixando à experiência a tarefa de decidir, quando a decisão é possível, entre os vários mundos que a lógica oferece à nossa escolha.
- A característica essencial da ciência, em virtude da qual ela se distingue da filosofia é a crítica. A filosofia examina criticamente os princípios empregados na ciência e na vida cotidiana e só os aceita quando, como resultado da investigação, não surge nenhuma razão para rejeitá-los-

Laboratório de Teoria do Conhecimento

Livro – Os Problemas da Filosofia (Bertrand Russell)

Capítulo 15 – O Valor da Filosofia

As ciências físicas, mediante suas invenções, são úteis para inúmeras pessoas que as ignoram completamente. Então o estudo das ciências físicas deve ser recomendado não apenas, ou principalmente por causa dos efeitos sobre quem estuda, mas antes, por causa de seus efeitos sobre os homens em geral. ESTA UTILIDADE NÃO PERTENCE A FILOSOFIA.

Se o estudo da filosofia tem algum valor para aqueles que não a estudam, deve ser apenas indiretamente, através de seus efeitos sobre a vida daqueles que a estudam. É nestes efeitos, portanto, que se deve procurar o valor da filosofia.

O homem prático é alguém que reconhece apenas as necessidades materiais. Pare ele as pessoas devem ter alimento para o corpo, mas se esquece do alimento para o espírito.

Mesmo se a pobreza e enfermidades tivessem já sido reduzidas ao máximo possível, ainda haveria muito a fazer para produzir uma sociedade verdadeiramente válida.

E mesmo neste nosso mundo de tantas pobreza materiais, os bens do espírito são pelo menos tão importantes quanto os bens materiais.

É apenas entre os bens do espírito que o valor da filosofia deve ser procurado.

Apenas os que não são indiferentes a estes bens podem persuadir-se de que o estudo da filosofia não é perda de tempo.

A filosofia ainda não deu um conjunto de verdades concretas, tanto quanto as demais ciências (matemática, geologia, botânica,...)

Em parte, porque quando se obtém um conhecimento preciso (não controverso) sobre determinado assunto, este assunto deixa de ser chamado de filosofia e torna-se uma ciência especial.

O estudo dos corpos celestes, hoje pertencente à astronomia, incluía-se na filosofia.

A grande obra de Newton tem por título: Princípios matemáticos da filosofia natural.

A incerteza da filosofia é, pois, mais aparente do que real.

"os problemas para os quais já se tem respostas positivas vão sendo colocados nas ciências, enquanto que aqueles para os quais não se encontrou até hoje nenhuma resposta exata, continuam a constituir este resíduo que denominamos de filosofia."

Há no entanto alguns problemas filosóficos para os quais não há possibilidade de que sejam "solucionados" e, portanto, saiam da filosofia.

Tem o universo alguma unidade de plano ou de propósito, ou é um concurso fortuito de átomos?

É a consciência uma parte permanente do universo, dando-nos esperança de um aumento indefinido da sabedoria, ou ela não passa de um acidente transitório num pequeno planeta no qual a vida acabará por se tornar impossível?

São o bem e o mal importantes para o universo ou apenas para o homem?

Estes problemas são colocados pela filosofia e respondidos de diversas maneiras por vários filósofos.

Mas parece que nenhuma das respostas a estes problemas pode ser demonstrada como verdadeira.

Mesmo assim, é parte do papel da filosofia continuar a examinar tais questões, tornar-nos conscientes de sua importância, examinar todas as suas abordagens.

Apesar de muitos filósofos sustentarem o contrário, se as investigações de nossos capítulos anteriores não nos induziram ao erro, então somos forçados a renunciar à esperança de descobrir provas filosóficas para as crenças religiosas.

O homem que não tem a menor noção da filosofia caminha pela vida afora preso a preconceitos derivados do senso comum, das crenças habituais da sua época e do seu país, e das convicções que cresceram na sua mente sem a cooperação ou o consentimento deliberado de sua razão.

Embora incapaz de nos dizer com certeza qual é a resposta verdadeira par as dúvidas que ela própria suscita, a filosofia é capaz de sugerir diversas possibilidades que ampliam nossos pensamentos, livrando-os da tirania do hábito.

Mesmo que nosso sentimento de certeza sobre o que as coisas são diminua, a filosofia aumenta muito nosso conhecimento sobre o que as coisas podem ser. Rejeita o dogmatismo arrogante e paralisante e mantém vivo nosso sentimento de admiração, mostrando as coisas familiares num determinado aspecto não familiar.